



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS - IHL
CURSO: BACHARELADO EM HUMANIDADES**

MAMADU NANQUE

**AS ESTRATÉGIAS USADAS NA UNIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE
RESISTÊNCIA PARA A FORMAÇÃO DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE
MOÇAMBIQUE (FRELIMO)**

Redenção – CE

2017

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

N168e Nanque, Mamadu.

As estratégias usadas na unificação dos movimentos de resistência para a formação da frente de libertação de Moçambique (FRELIMO). / Mamadu Nanque. – Redenção, 2017.

56 f.: il.; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana.

Inclui figuras e referências.

1. Moçambique. I. Título.

CDD 967.9

MAMADU NANQUE

AS ESTRATÉGIAS USADAS NA UNIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA PARA A FORMAÇÃO DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Bacharelado em
Humanidades da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em
Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

Aprovado em ____ / ____ 2017.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr^o Carlos Subuhana - Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB (Orientador).

Professora Dr^a Izabel Cristina dos Santos Teixeira - Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB (Examinadora).

Professora Dr^a Luís Tomás Domingos - Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro- Brasileira – UNILAB (Examinadora).

Redenção – CE,

2017

Dedico este trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades à minha querida mãe, Aua Djassi, ao meu pai, Mamadu Nanque, e aos meus tios Umaro Djassi e

Abdulai Mané.

AGRADECIMENTO

Agradeço imensamente aos meus irmãos, Mussa Nanque, Aminata Nanque, Aramata Nanque, Ansumane Nanque, Abulai Nanque, Bacar Nanque, cuja ajuda me possibilitou a convivência universitária. Agradeço aos meus primos, Sulemane Djassi, Mama Djassi, Maimuna Djassi, Mamandim Djassi, Muscuta Djassi, Mariama Djassi, Mariama Sanha e Sato Sanha.

Agradeço ao professor Doutor Carlos Subuhana, que nunca poupou esforços para me orientar, apesar de suas ocupações. E também aos professores que sempre me apoiaram na minha formação, Artemisa Odília Candé Monteiro, Ricardino Dumas Teixeira, Luís Tomas Domingos, Fabio Baqueiro, Ronald Apolinário de Lima.

Agradeço a meus amigos, Abdulai Danfá, Mamadu Selo Djalo, Ivano Impami, Serifo Salum, Mario Tamba, Samuel A. Ié, Emiliana Lopes, Marculina da Silva, Umáro Candé, Felix Imbali Sá, Barnabé Augusto Có, Djibril Cá, Tino Tamba, Valeriano Djú, Sansau Natungue, Mamadu Bilo Djalo, Braima Sane, Malam Djaura, Ansumane Mané, Hector Seide, Sadjo Seide, Buba Seide, Calilo Fati, Baionco Biagué, Sergio Injami, Rui Quade, Ricardinho Quadé, Iacuba Camara, Aliu Cisse, Edna Ié, Domingos Futana, Didier Té, Augusto Mansal, Aladje Sambú, Iacuba Camará, Jacira Seide, Decio Gomes e Alfa Aliu Sow Embalo. Alfadjo Djau, Fode Bacar Djau, Mamadu Injai, Dauda Injai, Sene Combassa, Mamadi Trauale, Sulemane Seide, Inacio Barbosa, Carlos Joaquim, Lamine Sano, Ivanildo Barbosa, Rudilson Manuel Ié, Campile Pereira, Tatiana Gomes Sambu, Mamadu Uri Baldé, Samuel Santos, Jenito Tualia.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo analisar as estratégias usadas em prol da unificação dos movimentos da resistência para a formação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Para a sua realização, parte-se da leitura de textos de vários estudiosos, como forma de ter suporte teórico ou científico, tendo Eduardo Mondlane (1977) como base para a fundamentação do trabalho. Mondlane acreditava que não seria possível conquistar a independência com vários grupos de movimentos de resistência atuando no mesmo terreno (como UDENAMO, MANU, UNAMI), a unidade seria a forma mais viável para a luta de libertação de Moçambique. Para que a unidade se materializasse, foram necessárias contribuições de outras lideranças, a exemplo de Uria Simango, Marcelino dos Santos, Lázaro Kavandame, Samora Machel, Josina Machel, entre outros. Na conjuntura africana podemos destacar duas figuras que participaram ativamente nesse processo, Julius Nyerere e Kwame Nkrumah, que usaram suas influências dentro e fora da África para que este sonho se tornasse realidade.

Palavras-chave: movimentos de resistência, nacionalismo, movimentos de libertação, independência, Moçambique.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the strategies used to unify the resistance movements for the formation of the Liberation Front of Mozambique (FRELIMO). In order to carry out this work I collected texts of several scholars, as a way of having theoretical or scientific support, with Eduardo Mondlane (1977) as the basis for the work's foundation. Mondlane believed that it would not be possible to conquer independence with several groups of resistance movements acting on the same terrain (such as UDENAMO, MANU, UNAMI), unity would be the most viable form for the liberation struggle of Mozambique. For the unit to materialize, contributions from other leaders, such as Uria Simango, Marcelino dos Santos, Lázaro Kavandame, Samora Machel, Josina Machel, among others, were necessary. In the African conjuncture we can highlight two figures who participated actively in this process, Julius Nyerere and Kwame Nkrumah, who used their influences inside and outside Africa to make this dream come true.

Keywords: resistance movements, nationalism, liberation movements, independence, Mozambique.

LISTA DE SIGLAS

FRELIMO –Frente de Libertação de Moçambique

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

MANU - Mozambique African Union

UNAMI - União Africana de Moçambique Independente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 01 - MOÇAMBIQUE: Breve apresentação de Moçambique.....	21
1.1. Retratando o aspecto geográfico de Moçambique.....	21
1.2. Composição da População e dos grupos étnicos.....	22
1.3. Aspectos históricos de Moçambique antes da presença portuguesa.....	24
1. 4. Falando da escravidão.....	28
CAPÍTULO 02 - A LUTA ARMADA, SOLTURA E O ANÚNCIO DA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE.....	31
2. 1. A descolonização e a libertação de Moçambique.....	34
2. 2. A revolução dos intelectuais.....	39
CAPÍTULO 03 - A UNIDADE DE TRÊS MOVIMENTOS RESISTÊNCIA DE MOÇAMBICANOS E A FORMAÇÃO DA FRLIMO.....	45
3.1. Aspecto da política e cultura.....	50
3. 2. Estratégia inicial de Mondlane.....	52
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as estratégias usadas pelos líderes nacionalistas moçambicanos na fusão de três movimentos de resistência (UDENAMO¹, UNAMI² e MANU³) à colonização portuguesa, o que culminou com a criação da Frente de Libertação do Moçambique (FRELIMO) no dia 25 de junho de 1962 em Dar-Es-Salam (Tanzânia). No mesmo dia, Eduardo Mondlane foi eleito Presidente da FRELIMO. Os moçambicanos que se reuniram em Dar-es-Salaam em 1962 representavam quase todas as regiões de Moçambique e todos os setores da população. Antes da unificação eram desenvolvidas ações políticas locais e de resistência em diferentes níveis, contudo essas tentativas, feitas em escala territorial, eram mal malsucedidas e impotentes. Por outro lado, o sentimento nacional era pouco disseminado e não havia suficiente maturidade política para enfrentar o Estado colonial em sua totalidade

Discussão Teórica

As principais questões teóricas deste TCC são os movimentos de resistência e o nacionalismo. Outros temas, como nacionalismo africano, nacionalismo moçambicano, movimentos de libertação e luta de libertação⁴ e independência⁵ foram tratados a partir da questão principal.

Movimento de resistência

Segundo Oloruntimehin (2010), movimentos de resistência é o conjunto de iniciativas levadas a cabo por um grupo de pessoas, que defendem uma causa normalmente política, na luta contra invasor em um espaço colonizado e/ou

¹ *UDENAMO*: União Democrática Nacional de Moçambique.

² *UNAMI*: União Africana de Moçambique Independente.

³ *MANU*: Mozambique African Union.

⁴ **Luta de Libertação**: Luta de Libertação: é o conjunto de ações políticas, culturais e militares realizadas em África no período que vai de 1950-1975 para pôr fim a dominação colonial europeia.

⁵ **Independência**: Independência: é a libertação do continente da dominação colonial e a gestão do território pelos nacionais.

ocupado. Podem incluir qualquer milícia armada que luta contra uma autoridade, governo ou administração estabelecida ou imposta.

Uzoigwe (2010), por sua vez, diz que de 1880 a 1914 a África conheceu uma das grandes mudanças históricas que se refletem de maneira significativa nos dias atuais. É no percurso deste período que a África, um continente que tem cerca de trinta milhões de quilômetros quadrados, se viu como sendo repartida, dominada e efetivamente ocupada pelas nações europeias. Até agora os historiadores não conseguiram entender o tamanho real dos resultados catastróficos, tanto para o colonizado como para o colonizador, desse período de guerras sucessivas, apesar de geralmente falar-se que tinham a ver com uma época de mudanças revolucionárias fundamentais. No entanto, a relevância desse período histórico vai muito além da guerra e das mudanças que o caracterizaram. Anteriormente, impérios levantaram-se e desmoronaram, ganhos e usurpações também são antigos, várias formas de administração e de integração colonial foram experimentadas e a África foi o último continente dominado pelos europeus. Nota-se a rápida e fácil ocupação que submeteram a este continente tão grande, a África foi dividida política e sistematicamente, naquele momento, pelas nações europeias e por isso podemos fazer uma indagação: por que os africanos não conseguiram barrar a invasão colonial? Esta temática criou também indagações entre os historiadores no que diz respeito à partilha do continente pelo imperialismo estrangeiro (UZOIGWE, 2010).

Nacionalismo

Segundo Charles P. Schleicher (1987), por nacionalismo entende-se a forma de consciência de pertencer ou estar ligado a uma nação. Essa consciência pode ser denominada de consciência de nacionalidade e identifica os recursos da comunidade disponíveis ou visados em relação a aquela nação-estado. Ainda segundo o autor, por nacionalismo entende-se também a ideologia que considera a nação-estado como a forma ideal de organização política. Os nacionalistas se já pertencem a uma nação-estado, com ela se identificando, almejam integrar-se em alguma outra que venha a ser constituída.

Schleicher (1987) acrescenta que o nacionalismo é igualmente o moderno processo histórico pelo qual as nações têm-se estabelecido como unidades políticas independentes. Como consciência de grupo, segundo o autor, o nacionalismo implica uma coesão, um senso de unidade ou de comunidade que identifica um indivíduo com um estado político existente ou com uma aspiração ao mesmo. Nesse sentido, ainda segundo

o autor, tem sido equiparado a um estado de espírito, um sentimento, a simpatias comuns ou a certas afinidades predominantes entre grupos humanos.

Gerth e Mills (*apud* SCHLEICHER, 1987) se referem a nacionalismo como a ideologia que justifica a nação-estado. É um sistema de símbolos para fundamentar os atos de um Estado ou símbolos pelos quais a coesão imprimida a uma nação é fortalecida e justificada.

De acordo com Schleicher (1987), o nacionalismo se caracteriza pela presença de inúmeras ficções em seu conteúdo ideológico, sendo que pelo menos quatro delas podem ser tomadas como ponto de partida para a sua análise: a) a independência da nação-estado; b) a exigência de um progresso nacional; c) a realização de uma missão nacional; d) a manutenção de uma suprema lealdade à nação-estado.

a) A devoção ao ideal de estabelecer uma nação-estado independente e a preservação de sua liberdade de ação quando essa condição é alcançada são traços uniformes do nacionalismo. Kohn (*apud* SCHLEICHER, 1987) observa que o nacionalismo é um estado de espírito que reconhece a nação-estado como forma ideal de organização política. Os nacionalistas não só se caracterizam pelo desejo de um “governo comum, independente ou soberano (sem que se exija um certo tipo) como também pelo princípio de que cada nacionalidade deve ser autônoma e independente” (KOHN *apud* SCHLEICHER, 1987).

b) O nacionalismo pressupõe que os objetivos do progresso econômico, social, cultural e político, não importa como sejam definidos, só possam ser alcançados com esforço e energia numa estrutura nacional independente. Kohn (*apud* SCHLEICHER, 1987) sustenta que o sistema de crença nacionalista insiste no fato da nacionalidade ser a fonte de toda energia cultural criadora e do bem-estar econômico. Tal convicção, segundo o autor, é visível na devoção dos nacionalistas à sua própria literatura, história, filosofia, cultura, doutrina econômica, consideradas superiores às das nações estrangeiras, algo visível e presente em Moçambique, principalmente durante a luta armada e após a proclamação da independência em 1975.

c) Comprometidos com o ideal de que o progresso é, por definição, um fenômeno nacional, alguns nacionalistas assumem também uma postura de superioridade que implica a responsabilidade de estender a verdadeira crença a outros grupos nacionais

assumindo a forma de uma ‘missão nacional’. São abundantes os exemplos históricos, a missão jacobina de difundir a liberdade, a igualdade e a fraternidade; o pan-eslavismo russo; o senso britânico da ‘responsabilidade’ do homem branco ou a devoção norte-americano à propagação da democracia.

d) A ideologia nacionalista pressupõe uma série de lealdades dispostas hierarquicamente. Dentro desse quadro, Hayes (*apud* SCHLEICHER, 1987) declara que “o indivíduo está comumente disposto, em caso de conflito, a sacrificar uma lealdade após outra, lealdade às pessoas, lugares e ideias, lealdade até mesmo a família, sobre elas prevalecendo as instâncias da nacionalidade e da nação-estado”.

Schleicher (1987) diz que para alguns autores, o nacionalismo é antes de tudo um processo histórico. Hayes (*apud* SCHLEICHER, 1987), por exemplo, afirma que o nacionalismo representa um processo histórico real, que é o de estabelecer a nacionalidade em comunidades políticas e promover, com base em tribos e impérios, a instituição moderna do estado nacional, constituindo-se o objetivo grifado na palavra-chave desse enfoque. Embora alguns tratadistas como Kohn encontrem as raízes históricas do nacionalismo nas civilizações hebraica e grega, para ele o nacionalismo é um fenômeno essencialmente moderno, nascido de um conjunto de circunstâncias históricas em meados do século XVIII.

Eduardo Mondlane (1979) vê o nacionalismo como sendo “uma consciência por parte de indivíduos ou grupos afiliados de uma nação, de um desejo de desenvolver a força, a liberdade ou a prosperidade daquela nação”. A definição acima, segundo o autor, se aplica ao nacionalismo em todas as circunstâncias ou fases de desenvolvimento de qualquer povo. Por exemplo, poderia se aplicar ao nacionalismo europeu como um fenômeno continental, ou ao francês, americano, russo, chinês, brasileiro, etc., se se considerarem os nacionalismos como expressões das aspirações de determinadas entidades étnicas ou nacionais.

Segundo Mondlane (1979), o contexto africano no qual o nacionalismo moçambicano encontra expressão, poderia requerer um refinamento adicional da definição oferecida acima.

Nacionalismo Africano

O nacionalismo africano é um princípio político defendido por africanos que sustentam que a unidade nacional e a unidade política devem ser perfeitamente coincidentes. O sentimento nacionalista é o sentido de cólera suscitado pela violação desse princípio ou o sentido de satisfação suscitado pelo seu cumprimento.

Segundo Oloruntimehin (1991), é preciso apreender claramente a natureza do nacionalismo na África para melhor entender de forma correta os acontecimentos que levaram ao surgimento dos nacionalismos na África. Para isso, deve-se distinguir o nacionalismo europeu do século XIX, que a África colonizada experimentou entre duas guerras mundiais. Na Europa, o nacionalismo representou para as comunidades que acreditavam na verdade de identidades culturais e de um passado histórico comum, a aspiração a uma existência soberana dentro de organizações políticas do Estado próprias. Segundo o autor, a luta tinha como objetivo assegurar a coincidência entre a nação cultural e a organização de sua vida política como estado. Conforme demonstram os exemplos grego, italiano e alemão, o resultado definitivo dos movimentos nacionalistas foi a criação dos Estados-Nacionais.

Oloruntimehin (1991) diz que na África as aspirações dos estados e dos grupos que, até a eclosão da primeira guerra mundial, combateram as potências imperialistas europeias e fizeram um grande esforço para impedir o estabelecimento do sistema colonial, eram essencialmente as mesmas que animavam os movimentos nacionalistas europeus.

No entanto, segundo o autor, um dos efeitos da guerra foi consolidar as oposições das potências imperialistas frente aos defensores da independência e da soberania africana.

Oloruntimehin (1991) diz que o fato dos nacionalistas africanos serem considerados 'modernistas' reflete a necessidade que tinham de agir dentro de condições definidas do exterior, condições que impunham um sistema estrangeiro de valores, de nomes e de definições da evolução política e social e que foram obrigados a subscrever para terem possibilidade de êxito.

Em geral, segundo Oloruntimehin (1991), o colonialismo necessita de uma base social para sobreviver; base habitualmente assegurada pela difusão da cultura do colonizador por meio da educação. Os resultados obtidos pelo sistema educativo criado para esse efeito determinam as normas que permitem constituir um novo grupo de elites no interior da sociedade colonizada. Oloruntimehin (1991) argumenta que a difusão da cultura importada do colonizador é acompanhada, quase invariavelmente,

Crowder (*apud* OLORUNTIMEHIN, 1999, p. 658) num dos seus trabalhos demonstrou como na primeira guerra mundial os membros das novas elites de toda a África esperavam identificar-se mais com o processo de desenvolvimento de suas respectivas comunidades. Crowder diz que essas elites pensavam que seriam absorvidas e aceitas como colegas pelos colonizadores, mas a situação colonial tornou-se mais opressiva e as esperanças da elite foram frustradas. Mesmo quando a mobilização do pessoal europeu durante a guerra abriu possibilidades de emprego aos africanos instruídos, as realidades do pós-guerra não tardaram a trazer desilusões e descontentamentos. Não só os africanos instruídos eram colocados em posições inferiores às do pessoal europeu de formação e experiência equivalentes, com o qual serviam nas mesmas administrações coloniais, como se viam socialmente relegados a segundo plano. Formados à margem de seu meio de origem, na esperança de que a educação lhes permitisse elevar-se ao nível dos europeus, acabavam em grande parte alienados, em relação a seus irmãos de raça e grupos etnolinguísticos, no referente à orientação, modo de vida, ambições e aspirações materiais e sociais.

Crowder (*apud* OLORUNTIMEHIN, 1999, p. 658) afirma que as barreiras que o autoritarismo inerente ao colonialismo erguia contra eles eram fonte de rancor, amargura e agitação contra os regimes coloniais. Os regimes coloniais não eram exceção a essa verdade evidente de que toda administração utiliza estruturas intermediárias, principalmente devido a razões de economia e eficácia. Os governos faziam uso variado das instituições e das elites tradicionais para mais facilmente controlar as populações submetidas. Na busca dessas estruturas e desse pessoal de autoridade, os funcionários coloniais criaram muitas vezes outras, novas, que podiam compreender e utilizar.

Mesmo neste caso, segundo Oloruntimehin (1991), as elites assim recrutadas para sustentar a dominação colonial dificilmente recebiam melhor tratamento do que os africanos educados pelo sistema colonial. Tal como as novas elites educadas, os chefes

‘tradicionais’ estavam em posição ambígua. Aos olhos do povo, tinham perdido o caráter tradicional de suas funções e de seu papel e, no mais das vezes, os colonizadores os consideravam instrumentos de controle e não autênticos parceiros. A perda de seu poder real, posição e prestígio social era, para muitos, causa de descontentamento. Somente alguns administradores coloniais pareciam ter compreendido como manejar as difíceis relações existentes entre as elites africanas ‘tradicionais’ e as novas, de um lado e entre estas duas e os regimes coloniais, de outro.

Outro aspecto da política e do nacionalismo africanos entre as duas guerras foi a preocupação com o renascimento cultural, reação inevitável à realidade brutal que era a negação, pelo colonizador, da cultura dos colonizados.

Entre as duas guerras, os nacionalistas africanos passaram praticamente pela mesma situação: privação das liberdades políticas e sociais; exploração dos recursos humanos e materiais em benefício de senhores estrangeiros; negação dos meios e serviços suscetíveis de contribuir para o avanço político e social das sociedades colonizadas ou, quando as mudanças pareciam inevitáveis, manobras destinadas a limitar e contornar o curso dos acontecimentos, no sentido favorável à manutenção do domínio colonial. Contra essas situações impostas pelos colonialistas, segundo Oloruntimehin (1991), erguiam -se as aspirações dos nacionalistas, que, no norte da África, tentavam recuperar a soberania e a independência perdidas, embora sem pôr em causa as novas estruturas territoriais das colônias e, no resto do continente, reivindicavam a melhoria da situação social e econômica de suas comunidades, para dar sentido ao exercício das liberdades civis.

Oloruntimehin (1991) diz que se o ambiente colonial e internacional era em grande parte uniforme, a expressão concreta do nacionalismo e da política africana – fenômeno bem resumido pela palavra swahili *siasa* – variava segundo o local, mesmo em territórios submetidos à mesma autoridade colonial. Isso deriva principalmente do fato de os territórios coloniais haverem sido obtidos em modalidades e épocas diferentes, de modo que sua experiência do colonialismo não tinha a mesma duração, nem a mesma natureza.

A forma e a intensidade da ação dos nacionalistas (*wanasiasa*) nas colônias dependiam de vários fatores: qualidade dos dirigentes, grau de difusão e de intensidade das influências europeias no domínio das ideias e das instituições, número e importância

dos colonos (brancos) e finalmente, ideologias e práticas coloniais. Em quase todos os casos, segundo Oloruntimehin (1991), os movimentos nacionalistas e a política colonial correspondente foram conduzidos e dominados pelas novas elites educadas, que estavam em melhor situação para compreender a cultura política europeia e, portanto, para reagir de maneira competente aos regimes coloniais, de acordo com os termos desses mesmos regimes. O autor acrescenta que essas elites por vezes cooperaram com membros das elites representativas da autoridade 'tradicional', malgrado certas tensões. Os partidos políticos e as organizações da juventude eram, por sua vez, correias de transmissão para as aspirações do nacionalismo africano. Os partidos políticos tiveram papel importante nos poucos países onde havia assembleias legislativas coloniais.

As organizações da juventude, os grupos étnicos, as associações de ex-alunos e outros movimentos dedicados à conquista das liberdades civis e dos direitos do homem cumpriram papel insubstituível em todas as colônias, independentemente de sua situação constitucional. Essas organizações constituíam uma força política e social incalculável, em particular nas regiões onde as atividades políticas declaradas eram proibidas, dada a natureza repressiva da dominação colonial.

O estreito laço entre o espiritual e a situação social e material aflorava em vista dos métodos adotados por esses movimentos. Se a religião continuava a ser o meio de expressão das aspirações africanas, a ação concreta assumia a forma da recusa de pagar o imposto e da agitação social.

O islamismo, por exemplo, representava um contrapeso para a ideologia colonial, assim como uma tribuna para a expressão do messianismo. O Mahdī é, para o muçulmano, o que o Messias é para o cristão. O mahdismo fustigou as autoridades coloniais da África setentrional e ocidental, no Sudão e na Somália.

Os jornais e revistas, tanto africanos quanto estrangeiros, serviam naturalmente como veículos para a transmissão de um nacionalismo anticolonialista e antieuropeu.

Segundo Oloruntimehin (1991), no período entre as duas guerras, o colonialismo e o nacionalismo africano viveram uma relação dialética. O nacionalismo africano e as atividades anticoloniais não obtiveram muito êxito, mas causaram alguma preocupação aos funcionários coloniais. Ainda segundo o autor citado, todas as medidas de repressão tomadas no período refletem essa preocupação.

- i) Uma reação contra controles políticos impostos pelos europeus sobre os povos africanos;
- ii) Uma reação contra a exploração econômica estrangeira, especialmente a ocidental, dos recursos humanos e naturais da África.
- iii) Uma reação contra barreiras socioeconômicas e culturais locais, criadas pelos membros das comunidades não africanas, naquelas áreas da África onde uma combinação de populações europeias e asiáticas veio assentar-se ao lado dos povos africanos
- iv) Um nacionalismo cultural, simultâneo ao surgimento do nacionalismo africano, epitomizado pela proliferação de todos os tipos de teorias a respeito do homem africano, rotulado de ‘personalidade africana’ pelos anglófilos e ‘negritude’ ou ‘africanidade’ pelos francófilos.

Nacionalismo Moçambicano

Segundo Eduardo Mondlane (1979), o nacionalismo moçambicano, como praticamente todo nacionalismo africano, nasceu do colonialismo europeu direto. A mais específica fonte da unidade nacional de Moçambique é a experiência comum do povo no sofrimento, durante os últimos cem anos do controle colonial português. Mondlane argumenta que a fim de compreender o desenvolvimento do nacionalismo moçambicano, se faz necessário estudar os principais estágios do desenvolvimento do colonialismo português no país e observar a reação do povo que daí resultou.

Mondlane (1979) sumariza a definição de nacionalismo proposta acima da seguinte maneira:

- a) Uma consciência, da parte de indivíduos ou grupos afiliados de uma nação, em nosso caso, Moçambique;
- b) Um desejo de desenvolver a força, a liberdade ou a prosperidade daquela nação, o conceito de FRELIMO (como era conhecido popularmente) relativo à futura estrutura socioeconômica do país e como teria que se proceder para implementá-lo;
- c) O objetivo específico de alcançar o autogoverno e a independência, o programa político e militar da FRELIMO;

- d) Um conceito da unidade do povo, o desejo do povo moçambicano de se livrar do imperialismo e colonialismo portugueses, “de modo a ficar completamente livre para desenvolver suas estruturas socioeconômicas como desejar”;
- e) O estabelecimento de estruturas políticas mais ou menos permanentes para a busca dos objetivos nacionais, em cooperação com outras nações africanas.

METODOLOGIA

A metodologia usada ao longo da pesquisa para a composição deste trabalho foi baseada fundamentalmente na pesquisa bibliográfica. Foram analisados artigos, livros, dissertações de mestrados que tratam da questão da estratégia usada na unificação dos movimentos das resistências moçambicanas para a luta de libertação, temática que tem merecido uma grande atenção ao longo do tempo por grandes teóricos das ciências sociais. A pesquisa foi executada em quatro etapas:

A primeira, escolha e coleta de material bibliográfico. A segunda, leitura, resumo e fichamento de materiais (no caso das fontes bibliográficas com formatos digitais, foi feita a identificação de autores). A terceira foi a organização da lista de palavras-chave, que têm grande importância quanto ao que vai ser pesquisado, por facilitar a identificação dos materiais que foram fichados para a elaboração do trabalho de conclusão do curso (TCC). A quarta refere-se à análise do conteúdo do material para fazer levantamento dos dados e à organização das conclusões da pesquisa.

Este trabalho compõe-se de três partes: uma introdução, três capítulos e uma conclusão.

A introdução inclui aspectos metodológicos que direcionaram a pesquisa, os elementos que justificam nosso estudo e a contextualização teórica.

O primeiro capítulo, “Moçambique: breve apresentação de Moçambique”, são retratados os aspectos geográficos e históricos de Moçambique, a composição da população e dos grupos étnicos.

No segundo capítulo, “A luta armada, soltura e o anúncio da independência de Moçambique”, falamos da descolonização e a libertação de Moçambique, bem como da revolução dos intelectuais.

No terceiro capítulo, “A Unidade de três movimentos de resistência de Moçambique e a formação da Frelimo”, falamos dos aspectos da política e da cultura, e da estratégia adotada inicialmente por Eduardo de Mondlane.

Na parte final do TCC apresentamos as reflexões conclusivas que incidem num conjunto de considerações, sínteses, resultados, preocupações e limitações aferidos ao longo da investigação realizada e à luz do quadro conceitual apresentado e discutido.

Seguem-se as referências bibliográficas, que podem ser úteis aos leitores interessados em aprofundar esta temática ou desejosos de conhecer pormenores do estudo de determinado autor.

CÁPÍTULO 01 - MOÇAMBIQUE: Breve apresentação de Moçambique

Quando se estuda um país, é necessário fazer uma breve apresentação para que o leitor não perca o foco e tenha uma noção mais exata de onde se desenrolam os fatos referidos.

1.1 - Retratando o aspecto geográfico de Moçambique

Segundo Silva (s/d), o nome Moçambique originou-se de Mussa- bim Mbiki, habitante da ilha, filho do sultão Bim Mbiki. Quando os portugueses chegaram, atribuíram o nome Moçambique a este território, que é conhecido atualmente como Moçambique. Povoado desde os primeiros tempos da humanidade por habitantes de duas comunidades bem organizadas do norte do país, o reino do Monotapa (que ocupava o país numa fase da desintegração) e os centros suaílis (em número mais reduzido), sendo a costa moçambicana um ponto de contato entre povos de origens socioculturais diversas, designados como povos do norte da África, da península arábica (islamizados), da Índia e da China. Moçambique fazia parte de um dos Estados mais importantes da África austral (PÉLISSIER, 2000).

Moçambique está situado na costa oriental da zona austral do continente africano. O país está definido entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude sul e os meridianos

30° 12' e 40° 51', de longitude leste, ao sul do equador. O território moçambicano tem uma largura na costa de cerca de 2.4701 quilômetros, banhado pelo Oceano Índico, estendendo-se da foz do rio Rovuma, ao norte, à Ponta do Ouro, ao sul. Tem uma menor extensão no interior ao norte (a costa de Naamacha a Catembe, Alto farol) com cerca de 47,5 quilômetros, que é a maior extensão no interior da costa, vai da península de Mossuril até à confluência do Rio Aruângua com o Rio Zambeze, a superfície é de 799.380 quilômetros quadrados (786.380 para terra firme e 13.000 de águas interiores). Esta configuração física do território moçambicano constituiu um fator que condicionou a luta da libertação nacional, mas criou dificuldades na ligação com outras partes. (PÉLISSIER, 2000.).

No que se refere à região meridional da África central, as suas características em termos físicos e ecológicos facilitam, sobretudo, a interação entre o planalto granítico do interior e as monções do Oceano Índico, que sopram em direção à África, a partir de outubro até março. As fortes chuvas contínuas do planalto provocadas pelas monções escoam-se para a zona leste, causando regos nas escarpas profundamente nos vales fluviais rochosos, que, em alguns casos, se estendem por mais de 80 quilômetros até atingir as terras do litoral. Desta forma, Moçambique está dividido em quatro grandes vales fluviais: Rovuma, Zambeze, Save e Limpopo, entre vários outros cursos de água pouco relevantes, que serpenteiam pelas escarpas do planalto até a costa.

Vias seculares e relevantes facilitam a comunicação nas entradas da região, apesar de irregularidades nas águas, os rios mencionados, principalmente o Zambeze, facilitavam em grande escala o comércio, as influências e os costumes, da zona do litoral para o interior. Apesar da estruturada passagem dos rios, duas características principais da geografia moçambicana fogem a este esquema e introduzem contracorrente ao longo da evolução histórica. O lago Niassa, que descarrega as suas águas pelo rio Chile no baixo Zambeze, abastecia uma grande linha de comunicação de norte ao sul, limitava as normas de padrões de povoamento, que permitiam migrações e comércios na região. E a bacia do Maputo, que se estende pelo extremo sul do território, dada a sua ausência de monções periódicas, fixa-se culturalmente em isolamento, o que nos remete a uma comparação com outras regiões do norte, com mais facilidade de serem alcançadas pelos navios vindos da Indonésia, da Índia e do golfo pérsico. (PÉLISSIER, 2000).

Moçambique tem uma limitação territorial na zona Norte com a República Unida da Tanzânia (antiga Tanganica), formando uma faixa que se estende desde a foz do rio Rovuma até o rio Messinge, prolongando-se até o lago Niassa. Na zona de noroeste,

faz fronteira com o Maláui, Zâmbia e a antiga Rodésia do Norte. Falando da zona sul e sudeste, o país faz fronteira com África do Sul (província do Transval), a leste é banhado pelo Oceano Índico e é limitado pelo canal do Moçambique. E a oeste, o país faz fronteira com a Suazilândia (a província de Natal) e com Zimbábue (antiga Rodésia do Sul). Depois do estabelecimento do limite territorial moçambicano, o país foi dividido em onze províncias de forma diferente, antigos distritos coloniais, de norte a sul, a saber, Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Tete, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo província e Maputo cidade. (PÉLISSIER, 2000).

1.2 Composição da População e dos grupos étnicos

O número populacional de Moçambique está estimado em cerca de 20. 226. 2964 (dados do recenseamento feito em 2007, citado por Cambinda, 2014), sendo que 9. 734. 678 são os homens e 10.491.618 são mulheres, com a previsão de que em 2015 a população chegue a 22,5 milhões de habitantes. O número da população era em 1960 de cerca de 6. 58. 00 habitantes, o que passou, antes da independência nacional, para 8.233.034 habitantes em 1970, demonstrando um aumento populacional de 1.740.000, ao contrário de senso de 1960. Na altura, a população branca era de 97.268 habitantes. Em 1975 passam a viver no país, cerca de 20.000 portugueses, 20 a 30.000 habitantes indianos e 4.000 chineses, concentrados na beira em Lourenço Marques, 0,5% da população era mestiça e 98% era negra. (CAMBINDA, 2014).

De acordo com Cambinda (2014), em Moçambique existem 10 grandes grupos étnicos, que têm origem Banto, os quais ocupavam o território em geral, a saber:

- Os Suaílis ocupavam uma zona litorânea desde o Rovuma até Angoche (ex-Antônio Enes);
- Os Maraves ocupavam a região de Tete e Milange – Tacuane é uma das áreas da margem do Leste e do lago Niassa (província do Niassa), em que estão constituídos dois subgrupos e 13 etnias.
- Os Macuas - Lomues ocupavam a região entre os rios Lugenda que tinha a linha férrea Morrumbala – Quelimane e tinham 2 subgrupos e etnias;
- Os chopes, que ficam na região de Inhambane, com três grupos étnicos.
- Os Chonas, localizados em Manica e Sofala, compreendiam um subgrupo e 15 etnias;
- Os Tsongas, situadas na região sul do rio Save, com 11 grupos étnicos.

- Os Angunes, grupo étnico disperso, ficavam nos pequenos núcleos de Maputo (ex-Lourenço Marques), região de Yai xai (ex-João belo), que é a província de Tete, Niassa e Cabo Delgado, compreendiam cerca de 8 grupos étnicos;
- Os Yaos povoaram a zona norte do Rio Lugenda;
- Os Macondes ocupavam a região do rio Massala e Leste de Ngomono (constituídos por 5 etnias);

Os povos que ficam debaixo do Zambeze estavam dispostos ao longo do rio Zambeze em todas as partes da superfície que pertencia ao interior do território de Moçambique. (CAMBINDA, 2014).

Além da língua portuguesa, considerada língua oficial do país, Moçambique é caracterizado por uma variedade linguística muito elevada. Cada grupo étnico existente no país tem as suas próprias línguas e dialetos que estão distribuídos geograficamente por todo o território: Chope, Bitonga, Thonga, Tonga, Tsua, Tauara, Shona, Nyungwe, Suozi, Sena, Chuabo, Macua, Kati, Nianja, Memane, Lomwe, Yao, Urdu e Gujarati. (CIPRIANO, 2010, *apud* CAMBINDA, 2014)

1. 3. Aspectos históricos de Moçambique antes da presença portuguesa

Falar da história de Moçambique significa falar de um período antes da chegada dos portugueses. A partir do fim do século XV, período em que os portugueses desembarcaram, existiam, no norte de Moçambique, duas importantíssimas comunidades bem organizadas, que eram o reino do Monomotapa e os centros Suaílis. Aquele tinha penetrado na fase de desintegração, com frequentes conflitos internos. E estes, que têm ligação com o comércio marítimo, não tinham maior presença no local.

Ocorreu um processo da *roedura* no ano de 1505, uma feitoria– Fortaleza em Sofala foi fundada pelos portugueses. Local onde adquiriram ouro do império do Monomotapa na data de 1325-1700, envolvendo o litoral do continente africano, que começou a receber visitas dos portugueses entre 1479 e 1499, que culminaram com a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, começando uma expansão marítima desencadeada entre os povos do Ocidente e Oriente. Após a entrada do navegador português no porto de Inhambane, chegou à ilha de Moçambique no ano 1498, passando

por Quelimane e Sofala e tendo contato com a cultura suaíli que, no plano etnolinguístico, resultava em população falante de língua banto, com acréscimo de elementos do interior e do exterior do continente, como no caso dos árabes, persas, indianos, que são oriundos da costa Setentrional do mar da Arábia e do Oceano Índico (CAMBINA, 2014).

Segundo Cabaço (2007), aos primeiros dias de ano de 1498 na era cristã, os moradores da costa sul de Moçambique, no espaço que fica situado entre as duas cidades Inharime e Inhabane, os populares viram a chegada de pessoas desconhecidas de pele clara nas embarcações, essas pessoas usavam vestuários raros, ninguém da região entendia o que eles falavam, nem pareciam, pelos olhares dos populares dessas cidades, indivíduos agressivos. Esses indivíduos estrangeiros pegaram águas fresca e trocaram alguns objetos, depois voltaram às suas embarcações e desapareceram no mar, ninguém da cidade sabia quem eram esses visitantes, nem de onde vieram.

A costa Marítima era de grande importância desde o século X, nessa altura, Mombaça, Melindi, Quilua, Inhambane a ilha de Moçambique, Quelimane e Sofala, eram espaços onde se praticava comércio, mas esse espaço era dominado por comerciantes árabes de Omã e indianos islamizados do Gujarat e que levava, em troca do ouro e do ferro, algodão, porcelanas, seda, missangas, perfumes e drogas medicinais. (CAMBINDA, 2014).

Na costa oriental do continente africano, diversos reinos vassallos, com variadas organizações políticas, que são os principais reinos até finais do século XVII. “Makaranga, Changamire, Zimba, Chicoa, Macisa, Sedanga, Quissanga, Quitevi, Manica, Baruee, Imaungwi na província de Tete”. (CAMBINDA, 2014).

Esse império se estendia do deserto do Calaari ao oceano Índico, tendo sido formado pelo Shonas, sob controle de um chefe de origem Rozwi. Havia condições para prática de comércio, podiam comprar as especiarias asiáticas como no caso de pimenta, canela e cravo da Índia. Com o decorrer do tempo, os portugueses passaram a substituir os árabes no que tange ao controle do comércio de ouro, ferro, cobre e marfim. E Monomotapa recebia em troca dinheiro de imposto pago pelos reinos que se transformaram, por isso, seus vassallos, o que era uma situação ímpar em todo império ultramarino de Portugal. É bom mencionar o caso de alguém não aceitação de pagar os tributos, o que causou uma insurreição que durou mais de 3 séculos depois, ocorrendo mais de 20 anos, de 1806 a 1826. Isso tem como objetivo desencadear um processo de controle produtivo realizado pelos portugueses, que estenderam para o interior do território. Estava relacionado com o processo de construção em 1507, de uma feitoria -

Fortaleza em Moçambique, considerado um país estratégico por estar num ponto de escala de rota da Índia, além disso, por movimentar por águas profundas interetadas por 8 rios que desaguavam ali, isso formou um ponto de passagem de muitos canais de comércio que vinham do interior do continente, com marfim, que era elevado para a Europa e Ásia, e ouro, para Goa, e outros produtos que eram trocados com ingleses, franceses, holandeses e com baleeiros norte-americanos. (CAMBINDA, 2014).

Os portugueses deram seguimento aos seus ataques a Angoche, que é novo espaço escoador de ouro, nesse espaço os Suaílis tinham constituído um grupo de resistência. Os portugueses, sem ter espaço de saída, passaram a aproveitar para utilização o rio Zambeze, que lhe facilitou um avanço para o interior e culminou com a chegada deles no ano 1530 ao estado de Zimbabue, que estava em fase de declínio. Posteriormente fundaram Sena e Tete e no alto Zambeze, o que se tornou em pontos de comercialização de forma direta com os makarangas, no coração do Monomotapa.

Neste contexto, os portugueses independentemente de controle às zonas de escoamento de ferro, cobre, marfim e ouro, tinham acesso às zonas de produção, por outras palavras, às minas de Chidima, Dande, Butua e Manila. E passaram a dominar a ilha de Moçambique, Angochi, Quelimane, Cuama, Chiluanne e Mmbori, além de permanecer no império de Monomotapa.

Os controles do Vale de Zambeze passaram ser em 1926 possessões hereditárias e foram mudadas por um sistema jurídico de forma singular, em prazos da coroa, ou seja, terra concedida aos colonos, por cerca de 3 gerações, podendo ser renovada a concessão. O avanço da ocupação foi feito por desdobramento da vitoriosa guerra contra os rozvis em 1690, na altura em que os mercadores e aventureiros portugueses transformam-se em proprietários de terras e em chefes de militares privados com forças compostas por dezenas de achicundas, que foram feitos cativos.

“Durante o Século XVII, as possessões portuguesas na costa oriental da África foram atacadas ao norte pelos Árabes e ao sul pelos holandeses. O resultado foi o fim das feitorias portuguesas nesta região. A última a terminar foi a Mombaça, que resistiu até 1688, caindo com ela as feitorias de Pote e Zanzibar, suas independências. No século seguinte, os portugueses centraram-se na região de Moçambique, onde procuraram reocupar a suas possessões, tarefas que não se apresentou fácil. As populações indígenas resistiram a ocupação e outras potencias europeias tentaram aí também se estabelecer. Nas décadas de 1720 e 1730 os holandeses e ingleses tentaram igualmente se fixar na ilha de Moçambique. Na década de 1740 foi a vez dos franceses. Em 1752, Moçambique passou a ter estatuto administrativo separado da Índia, com o nome de “Governo e capitania geral de Moçambique, Sofala e Rio de Sena”. A ilha de Moçambique foi reconquistada, foram

fortificadas Tete Inhambane e Mossuril, desenvolveu-se a pesca da baleia, introduziu-se a cultura de café, o tráfico de escravo atingiu então valores impressionantes, sobretudo a partir de finais de século. Calcula-se que entre 1780 – 1800 tinham sido exportados de Moçambique em média anual, entre 10 a 15000 pessoas e 1800 – 1850 a média anual tinham atingido cerca de 25000, tratava-se de um comércio extremamente lucrativo para negreiros árabes suaílis e europeus portugueses franceses, ingleses, holandês, austríacos, etc. Moçambique foi por diversas vezes alvo de ataques de piratas.” (CAMBINDA, 2014, p. 25).

Segundo este autor, os ataques feitos pelos árabes contra os portugueses, fizeram com que os portugueses perdessem as feitorias, porém mais tarde vieram a ocupar na região norte de Moçambique o espaço perdido.

Os portugueses a partir de final do século XIX começaram a se aproximar sistematicamente do interior de Moçambique e na primeira metade desse século ainda dominava o comércio de escravos, como por exemplo, o tráfico dos negreiros suaílis, o sanguinário império de Gaza, os negreiros franceses e portugueses. Quanto à França, o Estado fazia intervenção de forma ativa para apoiar esse ato. E de forma clandestina, os negreiros suaílis, macuas e outros grupos étnicos continuaram a fazer tráfico de escravos até o século XX, pois a todo custo queriam permanecer.

Durante esse século sucederam-se expedições ligadas ao comércio, à ciência e aos militares através do interior de Moçambique, o que facilitava tanto o seu conhecimento mais profundo, como a abertura de uma conexão entre Moçambique e Angola, que permitiria a exportação de produtos agrícolas iniciada em meados do século, com as culturas oleaginosas, amendoim, gergelim e outros.

A efetivação da colonização de Moçambique teve seu início na conferência de Berlim, em 1885, momento em que foi impulsionada a dominação do território moçambicano. As potências europeias decidiram fazer nessa conferência a partilha da África.

Tal como outros países africanos que estavam sob a dominação europeia, Moçambique passou a ser administrado por grandes companhias às quais o Estado português deu vastos territórios. Dentre as mais relevantes companhias, destacaram-se a companhia de Moçambique (1888), do Niassa (1893) e a da Zambézia (1892-1910); nas margens do Zambeze, destacaram-se também a empresa agrícola de Lugela, a C^a. do Boror, a C^a. de Madali, a C^a. do Luabo etc. Destas últimas companhias, principalmente as duas primeiras, “comportaram-se como verdadeiros estados dentro de estado”, encarregadas de gestionar o território, construir vias de comunicação, contribuir para

educação, fazer exploração de mão de obra e cobrança de impostos. A exportação de mão de obra que se fazia forçosamente para as plantações de minas da África do Sul, Rodésia (Zimbábue) e São Tomé era considerada um dos seus negócios mais lucrativos.

“Os prazos, profundamente envolvido no comércio de escravos e de trabalhadores forçados, sofreram um grande impulso em finais do século XIX. Novos regulamentos foram publicados em 1890 e em 1896, tentando limitar a exploração da mão de obra pelos parceiros. Moçambique tornou-se a partir do último quartel do século XIX, um verdadeiro reservatório de mão-de-obra para as explorações das colônias vizinhas. Fato que acabou por deslocar o centro político de Moçambique para sul, onde se começaram a estabelecer relações de tipo capitalista. O estudo acabou por chamar controle deste negócio retirando lucros por cada trabalhador exportado, na maioria das vezes à força. O trabalho forçado só terminou, em Moçambique, nos anos 60.” (CAMBINDA, 2014, p. 25).

Esta citação acima nos remete à compreensão de fatores que impulsionaram a mão de obra escrava em Moçambique, sendo que, a partir do final do século XIX, passou a ser um depósito de países vizinhos no que tange a explorações de mão de obra. Isso veio a se traduzir na mudança do eixo político desse país para a zona sul, na qual se deu o início da abertura para as relações capitalistas.

A grande resistência do povo moçambicano à ocupação colonial portuguesa se deu por volta de 1913, mas acabou sendo temporariamente eliminada. Vale ressaltar que muitas destas resistências foram feitas por negreiros de etnias africanas, que se sentiam ameaçados neste comércio pelos portugueses.

Durante a primeira guerra mundial (1914 a 1918), foram travados combates entre portugueses e alemães pelo controle do espaço, neste período havia expansões de vias de comunicação, nomeadamente estradas e caminho de ferro. Em finais do século XIX, no âmbito dos acordos internacionais, começaram a ser construídas as duas principais linhas férreas, a que liga o porto de Maputo à África do Sul e a que liga o da Beira a Salisbury. Em 1910 a via férrea não ultrapassava mais que 500 km, o Estado português começou em 1929 a diminuir o poder arbitário das grandes companhias, pondo em foco a política de colonização. Desenvolveram-se plantações que eram destinadas à exportação, tais como algodão, açúcar, castanha de caju, cobre, chá e sisal. A cultura de algodão foi imposta como obrigatória para uma grande parte da população moçambicana, o que fez disparar a produção. A produção média anual entre 1930-1935 foi de 4.000 toneladas e de 19.000 toneladas, entre 1936 e 1940. A partir de 1940 ultrapassou 50.000 toneladas, atingindo 130.000. Em 1944 o número chegou a 791.000. (CAMBINDA, 2014).

1. 4. Falando da escravidão

Os portugueses quando souberam que tinham muito que ganhar com a ponta de marfim, o ouro em pó, a goma arábica e a pimenta, também levavam os escravos na costa para que fossem revendidos. Mais tarde isso passou a ser visto com um bom tom, como veio acontecer com tempo na França e na Inglaterra, ter uma nota exótica no seu equipamento, na sua carruagem, no seu salão ou na sua cavalaria. Os franceses começaram a colonização nas ilhas do oceano Índico, no início de primeira metade do século XVIII, com o subsequente aparecimento das economias foram criadas as plantações e também a continuação crescente da procura de mão de obra escrava.

A instalação francesa na ilha Maurício se iniciou em 1721 e o cultivo de cana de açúcar teve uma rápida expansão em 1740. Na mesma época os franceses iniciaram a compra de escravos em Madagascar (DIAS, 1998, *apud* CAMBINDA, 2014).

Segundo Candé Monteiro (2013), os colonizadores fixaram o comércio de escravos em todos os prismas da sociedade, mudando o cenário e fazendo das pessoas um simples objeto de comércio, embora o europeu tivesse estabelecido um acordo com os responsáveis políticos e religiosos africanos, a fim de estabelecer entrepostos comerciais. O comércio de escravo, sem sombra de dúvida, faz parte do retrocesso do continente africano.

No primeiro momento os escravos eram adquiridos pelos franceses e transportados para os trabalhos nas suas plantações de cana de açúcar e de café nas ilhas Mascarenhas no Índico. Na segunda etapa, pela solicitação de mão de obra nas plantações da América do Sul, sobretudo no Brasil, de cana de açúcar, cacau e nas minas de ouro. Os comerciantes brasileiros, norte-americanos e centro-americanos começaram a marcar presença na costa. No início de século XIX, o tráfico para as Américas era mais predominante do que para Mascarenhas. Na terceira etapa, depois da abolição do tráfico, que foi oficializada entre 1836 e 1842, estavam saindo de forma clandestina os escravos e isso era feito não só através dos xecados de Quitangonkas, Sanpul, Sangage e o sultanato de Angoche, mas também dos prazos.

O capital industrial ainda não estava estabelecido nesta altura, o que só veio acontecer mais tarde, de maneira generalizada a partir de meados do século XIX.

“As duas áreas onde, por excelência, se caçavam escravos para as plantações e minas situadas no interior de Moçambique eram o vale do Zambeze e a faixa litoral, com o respectivo *interland*, do rio Ligonha, a baía de Momba, área de menor importância foram a baía de Lagoa, a baía de Maputo e o *interland* de Inhambane. Quando se entra no período dos escravos na história do país, constata-se que a Ilha de Moçambique aí perde a sua hegemonia mercantil que

ganhara em Sofala a partir de 1507, Quelimente e Ibo, as portas dos escravos, são privadas a partir da segunda metade do século XVIII.” (CAMBINDA, 2014, p.27).

Os escravos eram levados para as plantações das minas que ficavam no exterior de Moçambique e do vale de Zambeze, que é zona litoral. Quando o país entra na história da escravidão é constatada a perda da hegemonia da ilha de Moçambique.

No final do século XVIII saíram de Moçambique 5 mil escravos por ano. Entre 1815 a 1820, estima-se que em cada ano tenham saído mais de dez mil pessoas para o Brasil. Do vale do rio Zambeze e da área dos prazos, foram escoados cerca de 2. 500 escravos em cada ano, em 1820 atingiu-se mais de quatro mil.

Entre os anos 1784 e 1795 os grandes ofertadores de escravos foram os súditos e os portugueses da ilha de Moçambique, os líderes macuas do Utrículo, de Cambira e de Matibane.

Em 1787, ano em que foi oficializada a venda de armas pelos portugueses, a caça ao homem generalizou-se e isso levou um aumento de forma muito significativa da caça aos escravos. A partir de todo o século XIX, o debate político e econômico do norte de Moçambique foi totalmente dominado pela captura, transporte e comercialização de escravos. As populações de origem macua-lomué foram as principais sacrificadas.

Dezenas e milhares de macuas foram vendidos para as ilhas Mascarenhas, Madagascar, Zanzibar, Golfo Pérsico, Brasil e Cuba.

A relevância do comércio de escravos em Moçambique, no olhar dos negreiros no ano de 1839, levou a uma iniciativa de fazer uma fusão entre negreiros de Angola e negreiros do Brasil, a fim de criar uma federação transoceânica independente de Portugal. (CAMBINDA, 2014).

CAPÍTULO 02 - A LUTA ARMADA, SOLTURA E O ANÚNCIO DA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

A luta de libertação contra os colonizadores era um processo irreversível até 1962. Durante este período a situação estava nas mãos dos colonizadores portugueses e mais tarde a situação foi revertida, pois os moçambicanos pegaram em armas para libertar o país através da Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO (SERRA, 1988, *apud* CAMBINDA, 2014, p. 59).

A partir do dia 25 de junho de 1962 Eduardo Mondlane e demais nacionalistas se juntam com o intuito de unir forças a fim de desestabilizar o sistema colonial português. Desde início de 1964, a situação em Moçambique era de insurreição, antes mesmo do dia 25 de setembro deste ano, data em que a FRELIMO formaliza o início da luta armada. Num primeiro momento, os guerrilheiros da FRELIMO estavam estabelecidos na vizinha Tanzânia e muitos deles já tinha recebido treinamento militar na URSS e na China, e entraram de forma clandestina no país, principalmente a partir das atuais províncias de Cabo Delgado e Niassa.

O primeiro tiro, que deu início a Luta Armada de Libertação Nacional, foi disparado na noite do dia 25 de setembro de 1964, com a ataque ao posto administrativo Chai (Macomia/Cabo delgado), a dez quilômetros da fronteira da Tanzânia. O ataque contou com 12 guerrilheiros, sob o comando de Alberto Chipande, contudo, é preciso considerar outras ações armadas que ocorreram de forma mais ou menos simultânea em

outros espaços geográficos do norte de Moçambique. A verdade é que a partir dessa data, as ações, cada vez mais violentas, não pararam de se suceder.

A luta armada começou a se espalhar pouco a pouco por todo o território de Moçambique. De acordo com Santana (2006), essa luta de libertação nacional baseou-se nos princípios de ideais socialistas, o que permitiu delinear o partido e o governo. A guerra de libertação nacional mostrava uma grande determinação de luta por um Moçambique socialista e esta ideia política mais tarde foi afirmada ao longo do tempo por Samora Machel, que depois veio sendo presidente da FRELIMO em 1970, com a morte de Mondlane, e já no país independente.

Dentro das boas regras da guerra subversiva, os guerrilheiros espalhavam a insegurança dificultando atividade rotineira das populações e pondo em causa a capacidade de autoridade para exercerem o seu domínio. Era ainda ação de valor militar modesto, mas que criavam o ambiente da resistência que era pretendido, além disso a FRELIMO iniciou, ao mesmo tempo, uma campanha de divulgação junto as populações dos objetivos da sua luta (CAMBINDA, 2014, p. 61 - 62).

A FRELIMO usou a estratégica de mobilizar a população para que ela estivesse ciente da razão de entrar na luta da libertação nacional como forma de tornar o país independente, para não existir nenhuma opressão de qualquer que seja. Essa luta mobilizou todas as massas sociais para uma única causa que é a independência.

No início da luta armada a situação não era tão favorável, pois havia muitos conflitos no seio da FRELIMO. Esse conflito tinha a ver com a disputa de poder entre os principais líderes (Eduardo Mondlane e Lázaro Kavandame).

De fato, este conflito só foi resolvido com a morte de Mondlane, assassinado em Dar-es-salaam em 3 de fevereiro de 1969, o que aconteceu por uma armadilha levada a cabo pela PIDE (polícia portuguesa) ou por um subordinado da PIDE, mas Lázaro Kavandame foi acusado de ter assassinado Eduardo Mondlane (CAMBINDA, 2014).

A outra questão essencial, segundo Cambinda (2014), tem a ver com a estratégia propriamente militar. Pela análise de situação, parece fácil compreender que a zona decisiva, tanto em termos político-militares, como do ponto de vista econômico e social, era a zona central do território, distrito de Manica e Sofala, corredor das relações com a Rodésia (atual Zimbábue, unilateralmente independente em 1965, tendo no poder uma minoria branca) e região de atividades econômicas essenciais e de presença da comunidade branca. Uma parte desta região, significativamente designada ‘corredor da Beira’, por assegurar as ligações do porto da Beira com a Rodésia, incluindo o caminho

de ferro, a estrada e o oleoduto, representava, em termos militares, a zona decisiva do conflito.

Cambinda (2014) resume que a FRELIMO, no primeiro período da sua existência, teve de resolver conflitos internos até à sua estabilidade organizativa, o que só conseguiu em 1969, com a chegada de Samora Machel à presidência do movimento e a ascensão definitiva ao poder dos quadros mais conscientes dos objetivos nacionalistas. Por outro lado, a força portuguesa presente no território não chegou a desenvolver uma estratégia militar destinada a impedir o acesso dos guerrilheiros à zona decisiva do território, focando a luta, em primeiro lugar no norte e em segundo lugar em torno da construção da grande barragem de Cahora-Bassa, na zona de Tete e das linhas de apoio a essa construção.

Segundo José Luís Cabaço (2009, *apud* CAMBINDA, 2014), o primeiro sinal de que a questão da luta anticolonial estava entrando nas preocupações dos militares portugueses foi dado quando, no ano de 1956 (no mesmo ano em que a PIDE foi tornada extensiva ao ultramar), agregaram-se às regiões militares de Angola e Moçambique as regiões aéreas e, no ano seguinte, os comandos navais. Em 1958 foi enviado o primeiro grupo de oficiais para a Inglaterra com o objetivo de estudar a experiência britânica das batalhas travadas na Malásia e no Quênia. No ano seguinte, um outro grupo de oficiais seguiu para Argélia para se inteirar da estratégia francesa da guerra revolucionária (*guerre révolutionnaire*).

No início da luta de libertação nacional em Moçambique, embora não houvesse nenhuma determinação nesse sentido, os comandos militares evitaram, dentro do possível, empenhar unidades de recrutamento local nas ações armadas. Segundo Cabaço (CABAÇO, 2009 *apud* CAMBINDA, 2014), a primeira grande ofensiva das FA, a ‘operação águia’, desencadeada em julho de 1967 e destinada a eliminar a presença da guerrilha em Cabo Delgado, foi essencialmente conduzida por tropas metropolitanas, tendo as forças da guarnição normal da colônia sido convocadas para ocupar as posições de segunda linha que as unidades envolvidas na operação deviam deixar [...] dada a natureza da guerra, eram patentes as dúvidas do comando sobre o comportamento dos soldados moçambicanos. A delegação daquela polícia política em Moçambique pretendeu repetir a experiência, mas encontrou forte resistência por parte do comando militar moçambicano. A PIDE de Moçambique só ganhou a primeira batalha em 1973, quando treinou o primeiro grupo.

Segundo Cabral (1970), “o fundamento da libertação nacional reside no direito inalienável que tem qualquer povo, sejam quais forem as fórmulas adoptados ao nível do direito internacional, de ter a sua própria história”.

Após o golpe de estado militar de 25 de abril de 1974 (a revolução dos Cravos), em Portugal, que tivera como causa imediata a incapacidade de resolver a questão colonial pelas armas, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Mário Soares, encabeçou uma delegação a Lusaca, em que propôs à FRELIMO o cessar-fogo e um referendo para decidir se os moçambicanos (incluindo os habitantes de origem portuguesa) queriam a independência, conforme pretendia o General António de Spínola, primeiro Presidente da República Portuguesa depois do 25 de abril. Samora recusou, afirmando que “a paz é inseparável da independência” e expandiu as operações militares, contando com a desmotivação dos militares portugueses, aos quais o 25 de abril prometera o fim da guerra. Em julho, aproveitando a inação em que as forças armadas portuguesas tinham caído, cercou um destacamento, que se rendeu, no posto de Omar, junto à fronteira da Tanzânia. Entretanto, a ala mais radical do Movimento das Forças Armadas (MFA), que fizera o golpe de 25 de abril de 1974 em Portugal, chamou a si as negociações com os movimentos autonomistas das colônias. Com a mudança de atitude de Lisboa, acabou por ser assinado, em 7 de setembro de 1974, o acordo de Lusaca, entre o governo provisório português (cujas delegação era então dirigida por Melo Antunes, ministro sem pasta) e a FRELIMO. Nos termos deste acordo, formar-se-ia no mesmo mês um governo de transição, com elementos nomeados por Portugal e pela FRELIMO e a independência teria lugar a 25 de junho de 1975.

Segundo Cambinda (2014), a FRELIMO decidiu que o primeiro-ministro do governo de transição não devia ser Samora, mas Chissano, ainda chefe do Departamento de Segurança. Entretanto, Samora fez várias viagens aos países socialistas e a países vizinhos de Moçambique, para agradecer o seu apoio durante a luta armada e solicitar apoio para a construção do Moçambique independente. Durante uma sessão do Comitê Central, realizada na praia do Tofo (Inhambane) e dirigida por Samora, foi aprovada a Constituição da República Popular de Moçambique e decidido que Samora Machel seria o presidente da república.

2.1. A descolonização e a libertação de Moçambique

A descolonização pode ser considerada como um processo histórico ou político, que ocorreu depois da segunda guerra mundial, que se transformou na independência colonial frente aos europeus que estavam colonizando a África e a Ásia, cujo ritmo era controlado através da luta do povo colonizado, que queria a conquista da sua independência. Como processo político subentendia concessões de autonomia, mas havia uma diferença do ponto de vista da potência colonizadora, sobretudo no que tange a sua especificidade em cada território, isso tem a ver com o sucessivo aumento e procura da autonomia interna das colônias, é um processo do qual proveio a *'commonwealth'* (comunidade das nações) sob a égide britânica e as transitórias *'união francesa'* e *'comunidade francesa'*.

“No ano de 1978, (um) socialista indiano, o conceito de descolonização, por ele utilizado já em 1927, representa o conjunto de conceições feita pelo colonialismo inglês à burguesia indiana. Esta classe, assim favorecida, perderia os seus caracteres revolucionários e passaria a fazer parte do sistema capitalista na Índia, no qual ela assumiria a gestão, considerava a descolonização tal como a potência colonial da luta conduzida pelo povo colonizado visando a sua independência. Tal recuperação só poderia ser feita com a complexidade ativa da burguesia nacional. (CAMBINDA, 2014, p. 55).

Falar de libertação é falar de um povo que quer estar livre sem nenhuma pressão de fato. Vários países africanos foram descolonizados muito tarde, sobretudo aqueles que tomaram a via pacífica, pois era muito difícil conseguir sair da mão dos colonizadores.

Segundo Fanon (1968), psiquiatra nascido na Martinica, militante na luta pela independência da Argélia, a palavra ou o conceito de descolonização corresponde a outra vertente da libertação nacional, pois tem a ver com o nascimento do nacionalismo, como forma de restituição da nação ao povo, qualquer que seja o método utilizado ou o novo modelo a ser implantado na descolonização, pois trata-se de um elemento que condiciona a mudança de uma natureza de homem para outra natureza de homem, podendo amadurecer com uma criação do homem novo, que a ideologia colonial não teria dado ensejo a se formar. Nesta estratégia em que foi usado o processo da cultura, isso é demonstrado como um facilitador para promover uma colaboração entre colonizado e colonizador.

Não resta dúvida de que o processo de luta conduzido pelo povo moçambicano foi eivado de resistência ou revolta de caráter egocêntrico, trabalhista e regionalista, mas posteriormente, com o passar do tempo, foi adquirindo dimensões de índole nacional. O

acordo de transferência do poder tinha sido assinado entre Portugal e a Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO) no dia 7 de setembro de 1974, nove meses antes da proclamação da independência, as negociações só foram possíveis depois da revolução dos cravos em Portugal, em 25 de abril de 1974, que derrubou o regime português do estado novo. (SANTO, 1989, *apud* CAMBINDA, 2014, p. 56).

Estamos falando de qual forma pudemos contribuir para a luta da libertação de um território próprio, sem excetuar os países que tinham a mesma causa que Moçambique quanto à libertação.

De acordo com a transferência existente entre Portugal e a Frente da Libertação de Moçambique, isso aconteceu no dia 7 de setembro de 1974, antes da proclamação da independência. Só mais tarde que veio a ser possível a revolução dos cravos em Portugal.

Moçambique estava num grande jogo colonial para a libertação que já durava 10 anos e Portugal estava sob o regime salazarista que praticava a ditadura, que se pode dizer que se prolongou com Marcello Caetano após Salazar. Procurou-se uma solução para poder sair da guerra, que estava cada vez mais mobilizando o ambiente internacional em apoio ao movimento descolonizador. Havia uma recomendação da resolução de ONU, que apoiava o processo da independência dos territórios não autônomos, que tinham pouco sentimento nacionalista dos povos colonizadores.

Segundo Canêdo (1994), a descolonização é um caminho de libertação nacional, podemos dizer, também, não se trata de é um simples câmbio de colonizadores, mas na verdade a luta de libertação nacional deve ser uma preocupação social.

O movimento de descolonização aumenta a sua operação após a segunda guerra mundial, como forma de levar a independência a muitos territórios coloniais e à constituição de novos países. Muitas pessoas falaram sobre esse fato, que é a questão dos novos países, por ocasião da conferência de Bandung, que aconteceu em abril de 1955, acontecimento decisivo para o apoio à ideia de descolonização de todos os territórios independentes.

“Em cerca de 20 anos, as potências coloniais europeias foram acedendo, perante a pujança do movimento descolonizador, às reivindicações e à luta dos povos pelas suas autodeterminações, acabando por dar origem a alguns novos países, desde o extremo oriente, ao médio oriente, ao norte da África e à África subsaariana. Em meado da década de 70, poucos casos complexos que estavam por resolver, estando neste caso especialmente localizados na África Austral, em que se concluíam as colônias portuguesas de Angola e Moçambique e Rodésia (atual Zimbábue), a África do Sul do regime *apartheid*, por outro lado as grandes potências emergentes da segunda guerra mundial, os Estados

Unidos da América e a União Soviética, na disputa de zonas de influência, apoiaram a formação da resistência contra a presença europeia nas suas colônias. Mesmo no território onde o nacionalismo pretendeu preservar o seu próprio processo de luta, a influência das grandes potências que estava invariavelmente presente quer para o apoio da ideologia e doutrinário, quer no apoio material.” (CAMBINDA, 2014, p. 56-57).

Há mais de 20 anos a potência europeia colonial estava perante o movimento dos colonizadores, que estavam enfrentando a luta do povo colonizado pela autodeterminação, a qual vinha dando origem a alguns novos países, do extremo oriente ao médio oriente, ao norte da África e à África subsaariana. Os movimentos autônomos do Moçambique viram as suas origens a partir de década de 50, do século XX, pois havia uma profunda necessidade de se organizar politicamente um espírito da resistência à situação colonial, que tinha iniciado a produzir o seu efeito em 1960, em particularmente entre a comunidade moçambicana emigrada nos territórios vizinhos.

Em 25 de junho de 1962, foi reconhecida oficialmente a fundação da Frente da Libertação de Moçambique, também conhecida pelo seu acrônimo, FRELIMO, em Dar-es-Salaam, quando três organizações nacionalistas de base regional: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional Africana do Moçambique, MANU, à maneira da KANU do Quênia formada em 1961, isso veio na sequência de vários grupos que estavam entre os moçambicanos trabalhando em Tanganica e Quênia, sendo as maiores a União Maconde de Moçambique, UMM e a União Nacional Africana de Moçambique Independente, UNAMI que foi fundada pelo exilado da região de Tete que vivia em Maláui em 1961, fundiram-se em um movimento guerrilheiro que tinham um alicerce muito amplo sob o controle do presidente tanzaniano Julius Nyerere.

Falando da unificação, esta é uma das marcas mais importantes que foi realizada pelo povo na luta contra o colonialismo português, cabe sustentar que o maior objetivo na altura era atingir a independência de Moçambique ainda sob domínio colonial. Era a regra aceitar como membros da Frente todos os moçambicanos, independentemente da sua fé, sexo ou ideia política, mas por outro lado os membros deveriam aceitar as leis e o programa da Frente da Libertação, tal como concebida pelos fundadores. A Frente conduziu uma massa popular de moçambicanos, de negros que pagaram muito caro por sua libertação do jugo colonial português, na luta pela independência.

A palavra ‘unidade’ era como um alicerce para os moçambicanos e nacionalistas africanos, foi este espírito que levou os fundadores da Frente da Libertação, que lhes

facilitou na reunião de todos os membros das organizações anteriores e os fez chegar à consolidação da frente e da luta. As normas que fundamentavam a Frente da Libertação nacional eram a libertação moçambicana da dominação colonial portuguesa através da luta armada.

O FRELIMO estabeleceu a sua instalação na cidade de Dar-es-Salaam. Como o partido era recém-formado, foi no ano 1963 e a FRELIMO foi constituída de grupos com base étnicas ou regionais, a união revelou-se desde o início muito frágil, o que obrigou a escolha de Eduardo Mondlane para presidente, porque ele não tinha pertencido a nenhum grupo.

Mondlane estudou Antropologia e Sociologia nos Estados Unidos, mais tarde começou a trabalhar para ONU, em 1961. Foi também professor nos Estados Unidos na universidade de Siracusa, mais no início de 1962, decidiu entrar de uma vez para a luta da libertação nacional. A partir dali foi encarregado de organizar o primeiro congresso da FRELIMO em Dar-es-Salaam, no dia 23 de setembro de 1962, este congresso proporcionou uma grande consolidação à organização e depois a preparação para a luta de libertação. De fato, as rivalidades étnicas e a luta pelo poder seriam desde então uma questão constante. (CAMBINDA, 2014).

De 1962 até o início das hostilidades, a FRELIMO consolidou a sua retaguarda em Tanganica, atual Tanzânia, independente a partir de dezembro de 1961 contando com apoios diversificados, desde os Estados Unidos no início, até à Argélia, Egito, Marrocos, países socialistas e a China.

Contudo a liderança de Eduardo Mondlane e a vida da FRELIMO não foram tranquilas nos anos de 1962 a 1963. Este acontecimento marcou a organização, na qual sempre permaneceu uma fratura entre os quadros diretivos, a maioria proveniente do sul do território e as grandes massas dos combatentes recrutados nas populações do norte. De qualquer modo, o movimento continuou a preparação da insurreição militar. (CAMBINDA, 2014).

A FRELIMO estava contando com apoio de alguns países socialistas, que estavam muito interessados em apoiar Moçambique. No que diz respeito à liderança de Mondlane e também à própria vida do partido, não havia tranquilidade, a partir dos anos de 1962 e 1963, porque a primeira direção constituída mais tarde acabou por ser dividir, a partir do ano de 1963, houve uma fratura entre quadros combatentes, porque a maioria dos quadros era oriunda do sul, enquanto os combatentes recrutados eram do norte.

No período de 1963 e 1964, a situação africana modificou-se consideravelmente, em especial nas fronteiras das colônias portuguesas. Ainda em 1963, Zanzibar juntou-se à Tanganica, criando a Tanzânia, com Julius Nyerere como presidente e o líder de Zanzibar como vice-presidente. Em 1964 deu-se a independência do protetorado britânico da Niassalândia, que adotou o nome de Maláui. A Rodésia do Norte também alcançou a sua independência em 1964, adotando o nome de Zâmbia e tendo como presidente Kenneth David Kaunda. Tanto o Maláui como a Zâmbia eram países interiores, dependentes das saídas para o mar controladas por Portugal (CAMBINDA, 2014, p. 59).

2. 2. A revolução dos intelectuais

Os intelectuais moçambicanos entendiam as questões ocultadas pelos colonizadores e pensavam em acompanhar os acontecimentos em termos mundiais, como eles tinham contato adequado com o exterior através dos europeus, isso lhes permitiu ter maior compreensão global do problema colonial.

Em Moçambique surgiu uma nova geração de intelectuais muito afincados e dedicados para lutar nas suas próprias posições, opostas à colonização. Eles estavam ponderando três aspectos mais relevantes: discriminação racial, trabalho forçado e exploração imposta pelo sistema colonial. O colonizador demonstrou claramente que a evolução social dos homens em geral é um dos impulsionadores das lutas em toda parte do mundo, como na África negra e na América, o que traz grande mudança nesses países.

É bom saber analisar as situações por mais complexas que sejam, mais do que a sua limitação no campo da estrutura de opressão, imposta pela colonização, insidioso é o sistema de polícia desenvolvido pelo Estado fascista, ao longo do tempo e de suas forças, mais tarde foram vistas a falta de contato entre minoria urbana e politizada e as massas populacionais que sofrem da exploração e do trabalho forçado, impostos de forma obrigatória através da ameaça da violência no dia a dia.

De fato, não é, pois, de preocupar, porque entre este grupo minoritário existia a resistência, o que fala mais alto é o princípio da expressão da cultura. A nova resistência, que teve o seu surgimento nos anos quarenta, inspirou os intelectuais a trazerem todas as artes, tendo sido grande a influência de poetas, pintores, escritores de colônias portuguesas, mas em Moçambique os pintores foram os mais divulgados, Malangatana e

Craveirinha, o escritor Luis Bernardo Honwam, e os poetas José Craveirinha e Noêmia de Sousa.

“Os quadros de Malamgatana e José de Craveirinha (sobrinho do poeta) foram buscar a sua inspiração às imagens da escultura tradicionais e à metodologia africana, ligando-as em obra explosiva de tema de libertação e violência colonial. Os contos de Luís Bernardo Honwana, que foi largamente reconhecido fora da África como um mestre da sua especialidade, levavam o leitor a fazer a mesma denúncia através de uma análise pormenorizada do comportamento humano. Seguindo uma longa tradição de artistas que trabalhavam sob o domínio dum governo opressivo, ele escreve por vezes em forma de parábola, ou centraliza a sua história em volta dum caso concreto que ele utiliza para iluminar toda situação” (MONDLANE, 1977).

Ao mencionarmos a importância da literatura na luta da libertação nacional moçambicana, o que impulsionou bastante o movimento da luta pela independência, podemos perceber nesta citação que as poesias publicadas traziam grande reflexo em termos de dismantelar os adversários e fracassá-los cada vez mais, como forma de afirmação dos valores tradicionais na luta pela independência de Moçambique.

Na poesia política dos anos 40 e 50, havia grande predominância de três aspectos como forma de reafirmação da África, como sendo a pátria mãe que todos nós almejamos. No que se refere ao espírito e à forma de pensar da futura nação, quando falamos do homem negro na outra parte do mundo, é chamado de revoltado, em vista da presente angústia do povo moçambicano na sua maioria padecendo no trabalho forçado e nas minas.

No que concerne a este assunto, é quase um caso frequente o entrelaçamento com as querelas pessoais do poeta, originando problemas que vieram da situação familiar já discreta, em ligação com a posição das pessoas mulatas. Numa forma globalizada, leva a exprimir as raízes comuns a todos moçambicanos que têm um passado africano pré-colonial, como neste retrato do poema de juventude de Marcelino dos Santos. (MONDLANE,1977).

“Aqui nascemos
A terra onde nascemos
vem de longe
com o tempo
Nosso avô
nasceram
e viveram nesta terra
e como ervas de fina e seiva
foram e veia em corpo longo
fluido rubro perfume terrestre
Arvores granitas erguidos
dos seus braços

abraçaram a terra
 no trabalho quotidiano
 e esculpindo as pedras fértil
 do mundo a começar
 o grande desenha da vida.” (IN ANTOLOGIA TEMÁTICA DE POESIA
 AFRICANA, 1977, *apud* MONDLANE, 1977)

Para enfatizar a indignação do autor do poema com os invasores europeus, ao entrarem na terra onde eles nasceram e viveram, sem respeitar os princípios que rezam naquela sociedade, mostra que é a terra onde os seus avós viveram e praticaram as suas atividades do dia a dia e que esse é um ato feito pelos ditos civilizados, que não respeitam a cultura e a religião dos outros.

Segundo Mondlane (1977), “o melhor exemplo do segundo tema e talvez do poema de Noêmia de Sousa ‘deixar passar meu povo’ inspirado pelas lutas dos negros americanos”.

“Noite morna de Moçambique
 e sons longínquas de marimba chegam até mim certo e constantes
 vindo nem eu sei de onde
 em minha casa de madeira e zinco,
 abro o rádio e deixo-me embolar
 Mas vozes de América reinixem-me a alma e os nervos”
 E grande Robeson e Mariam conta para mim
 Spirituals negro de Harlem
 Let my people go
 Oh deixa passar o meu povo
 E eu abro os olhos e já não posso dormir
 Dentro de mim soam-me Anderson e Paul
 E não são doces vozes de embalo
 Let my people go...” (IN ANTOLOGIA TEMÁTICA DE POESIA
 AFRICANA, 1977, *apud* MONDLANE, 1977).

Este poema acima nos impulsiona para uma grande reflexão sobre as atitudes dos portugueses, a forma como entraram na terra com tanta arrogância. A autora está realçando o amor à terra, a casa é de madeira ou de zinco, sentem-se felizes vivendo em suas casas.

A situação dos trabalhadores que trabalhavam de forma forçada na mineração, contribuiu na inspiração de vários poemas, de principais poetas desse período: “Magaiça” de Noêmia de Sousa; “Manpara, m’gaisa, “ Mamana Saquina” de Craveirinha; “ A terra treme”, de Marcelino dos Santos (MONDLANE, 1977).

Aquele poema acima citado tem muita importância não só pela sua força e eloquência como também pela forma como descreve a situação colonial.

Segundo Mondlane (1977), mostrando muito ao vivo a fraqueza assim como a força do movimento, esta autora afirma que nenhum desses escritores tinha

experimentado o trabalho forçado, nenhum deles esteve sujeito ao código de trabalho nativo, escrevendo sobre o assunto como espectadores.

Mondlane acrescenta que os autores dos poemas leram as suas “próprias reações intelectualizadas no espírito do mineiro africano e do trabalhador forçado”. (MONDLANE, 1977). Este autor exemplifica o caso de Noêmia de Sousa no seu trabalho sobre “Magaíça”.

“Magaíça atordoado acendeiro
à cata das ilusões perdidas
da mocidade e da saúde que ficaram soterradas
lá nas minas do Jone...” (MONDLANE, 1977).

Se fizermos análise do sentimento da autora perante ilusões que os colonizadores tinham em relação aos países africanos devido à riqueza que este continente possui, isso levou um grande número deles para a África, em particular, para Moçambique.

Mas de fato nem se fala de ‘fugir’, os moçambicanos contratam-se para as minas afim de trazer o dinheiro para família e evitar o trabalho forçado sob condições econômicas ainda piores (MONDLANE, 1977).

A própria forma como os poemas são entendidos é a da eloquente autocompaixão, a reação africana é vista de forma estranha, quaisquer desses poemas imitava as canções chopes acima citadas.

É claro que pensar no esforço desses autores de poemas, os quais ‘para serem africanos’ recebiam mais da tradição europeia do que da africana. Isso tem a ver com a falta de ligação entre os intelectuais e o resto do país (ou dos moçambicanos), nessa altura eles estão em condições de forjar um verdadeiro movimento nacional, assim como os camponeses das cooperativas de Lázaro Kavandame. Além disso, tinham sua poesia ligada à capacidade e ao entusiasmo adquiridos, vindos do conhecimento da história europeia e do pensamento revolucionário, isso passa necessariamente por uma análise da situação política e o conseqüente anseio de exprimi-la em claros e vivos termos. (MONDLANE, 1977).

Segundo o autor, Noêmia de Sousa escreveu essa forte chamada à revolta quando um dos seus companheiros do movimento tinha sido preso e deportado depois da greve de 1947:

“Mas que importa?
Roubaram-nos Joao
Mas João somos nós todos
Por isso João não nos abandonou
Porque o João somos nós, nós somos multidão e multidão
Quem pode levar multidão e fechá-la numa janela? (MONDLANE, 1977).

Falando o que este poema está retratando é um fato daquele socialismo que temos, que nos torna cada vez mais fortes para podermos enfrentar qualquer que seja o inimigo, porque só com união podemos dismantelar as ideias dos colonizadores, para que não desfrutem da riqueza que temos.

No que diz respeito ao grito negro, Craveirinha conseguiu ser uma das testemunhas vivas de alienação e da revolta que não foram escritas. Baseando-se na mais estreita e significativa estrutura musical, de fato, este poema perde muito da sua força na tradução; é de salientar que vale a pena citá-lo por inteiro, pois é uma das obras mais importantes e influentes do tempo. (MONDLANE, 1977).

“Eu sou carvão?
 Tu arrancar-me brutalmente do chão
 e fazes-me a tua menina, patrão.
 Eu sou carvão
 E tenho que arder, sim
 E queimar todo com a força da minha combustão,
 Eu sou carvão
 Tenho que arder
 Queimar com o fogo da minha combustão.
 Sim!
 Eu serei o teu carvão, patrão” (MONDLANE, 1977).

Este poema foi escrito por um famoso poeta moçambicano, José Craveirinha. Nesse poema, como em outros trabalhos, ele procura exprimir e descrever os sentimentos e desejos dos moçambicanos. Nesse poema podemos ver o sentimento de revolta e sofrimento dos negros em relação aos colonizadores.

“Poucos do grupo de Craveirinha conseguiram escapar ao seu momento e fazer a ligação entre a teoria e a prática. Noêmia de Sousa deixou Moçambique, deixou de escrever poesia, e vive agora em Paris; muitos, incluindo Craveirinha e Honwana, estão na prisão, Malangatana está ainda a trabalhar em Moçambique, mas vigiado de perto e importunado pelo polícia. De todos os que mencionei, só Marcelino de libertação, e deste então a sua poesia mudou e desenvolveu-se sob a impacto da luta armada a obra de Craveirinha e dos companheiros, e porem influenciou e inspirou uma geração pouco mais jovens de intelectuais, muitos dos quais conseguiram fugir da vigilância da polícia e lançaram-se no movimento de libertação. Aí no contexto da luta armada, está a tomar uma nova forma de tradição literária.” (MONDLANDE, 1977)

A perseguição que estava sendo feita na altura, levou a grande escritora Noêmia de Sousa a deixar Moçambique pela, mais precisamente por Paris, a capital. O Craveirinha e Honwana foram presos em Moçambique, bem como o pintor Malangatana.

Estes escritores são pessoas que cresceram depois da segunda guerra mundial, ambos eram estudantes que frequentavam a escola técnica de Lourenço Marques há muito tempo e também essa ideia tinha naufragado durante o movimento de autodeterminação

em outra zona da África. Quando eles estavam estudando na escola, começaram a desenvolver as ações políticas ao longo do tempo, isso os motivou bastante para criarem uma estratégia para se organizarem. Naquela época o sistema de ensino visava os europeus, o que dificultava muito o acesso do mulato ao ensino secundário e posteriormente havia várias dificuldades para enfrentar, se quisessem ingressar na faculdade.

Na escola que eles frequentavam predominavam os ‘brancos’, isso veio a suscitar elevado nível de discriminação, o que estava acontecendo na escola tinha um propósito de separá-los do seu ambiente tradicional, como a forma de acabar com os valores que norteavam estas pessoas e fazê-los entrar no ambiente dos ‘portugueses’. Estes relatos foram feitos por um jovem africano que frequentava essa escola técnica de Lourenço Marques há muito tempo e também essa ideia tinha naufragado.

CAPÍTULO 03 - A UNIDADE DE TRÊS MOVIMENTOS RESISTÊNCIA DE MOÇAMBICANOS E A FORMAÇÃO DA FRELIMO

Tal como a sublevação dos intelectuais, as greves da força do trabalho urbana não podiam alcançar seus objetivos, porque todos esses casos eram perpetrados por um pequeno grupo de pessoas que estavam isoladas e no que tange ao governo português, na altura se exercia um sistema de brutalidade, como uma forma de tentar eliminar a oposição e com o objetivo de manterem-se isolados sem nenhuma resistência. Este fracasso de repressão não significava a desistência dos portugueses, mas era a forma de se preparar para desencadear a operação de base mais larga. A população urbana de Moçambique chegava a meio milhão de habitantes, portanto um movimento nacionalista sem raízes no campo, dificilmente seria bem-sucedido.

Outro acontecimento que provocou grande agitação no seio da sociedade moçambicana foi a revolta que aconteceu em Mueda em 1960, onde existia grande reivindicação, que passava pelo resto do mundo de forma despercebida, este caso muito drástico serviu como forma catalizadora na região, onde mais de 500 pessoas foram mortas pelos portugueses e onde existiam pessoas não envolvidas na violência, mas que exerciam a resistência de forma pacífica e fútil. Teresinha Mblale, pela sua larga experiência vivida na FRELIMO, relata que tinha visto como os colonialistas massacraram o povo da Mueda e disse que isso aconteceu quando perdeu o seu tio. Reuniram-se em Mueda milhares de agricultores da região para exigirem do Governador, presente no local, a melhoria das condições de vida e a possibilidade de criação de cooperativas. Depois de mais de quatro horas de reunião sem qualquer acordo, as autoridades acabaram por dispersar a multidão com recurso às armas, o que se traduziu por verdadeiro massacre.

Depois que aconteceu o massacre, nunca mais a região norte de Moçambique conseguiu voltar à normalidade, devido ao ódio que os habitantes da região guardaram contra os colonizadores, pelo tamanho da violência e a frequente repressão que estava acontecendo, isso proporcionou rapidamente a criação de um forte movimento nacionalista militante. Como na altura não era fácil declarar qualquer tipo de movimento devido à presença da polícia, que se espalhava por toda parte do país, o movimento nacionalista optou por desencadear as suas ações de forma clandestina para que muitas pessoas não tivessem conhecimento de sua atuação. Estas clandestinidades tiveram também os seus impactos no tocante à fortificação da escola de formação de quadros duros, dedicados e radicais. (MONDLANE, 1977).

No que diz respeito à criação do movimento nacionalista radical em todo o país, foi necessária a atuação dos moçambicanos residentes no exterior, que viviam nos países vizinhos, para melhor escapar à Polícia Internacional para Defesa do Estado (PIDE). Logo no início, o velho problema de defeituosa comunicação contribuiu para a criação de três movimentos de forma separada:

União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), formada em Salisbury em 1960;

União Nacional Africana do Moçambique (MANU), constituída em 1961 a partir de vários pequenos grupos já existentes de moçambicanos que trabalhavam no Tanganica e no Quênia, sendo um dos maiores a União Maconde de Moçambique (UMM);

União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) que foi fundada em 1961 no Maláui por exilados da região de Tete.

“O acesso de muitas colônias a independências no fim dos anos 50 e 70 favoreceu a formação do movimento no exílio, para Moçambique, a independência de Tanganica, em 1961 pareceu abrir os novos caminhos, os três movimentos tinham os centros separados em Dar-es-Salam pouco depois”. (MONDLANE, 1977).

De fato, o orgulho demasiado leva a pessoa a perder tudo, foi isso que aconteceu com Portugal no final dos anos 50 e 70, quando tinham várias colônias, que depois não souberam manter, possibilitando aos três movimentos existentes na época, que estavam separados nos países vizinhos, o desencadear de suas ações contra os colonizadores.

Em 1961 houve uma grande intensificação da repressão em todos os países que faziam parte do território português, como consequência disso aconteceu a revolta em Angola, a qual impulsionou a fuga dos exilados para os países vizinhos, como no caso de Tanganica (atual Tanzânia). Muitas pessoas exiladas no exterior não tinham pertencido a

nenhuma organização já existente e usaram fortes pressões a fim de puderem formar só um corpo unido.

Todas essas pessoas exiladas estavam mostrando uma condição externa que favorecia a unidade entre elas. Isso se deu após a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), cujo primeiro congresso se realizou em Casablanca em abril de 1961, onde tomou parte a UDENAMO e foi uma das grandes chamadas para união dos movimentos nacionalistas. Esta suposta unidade foi convocada pelo presidente da Ghana, Kwame N'krumah, que também impulsionou a formação de uma frente unida em Tanganica. Outra pessoa que participou desta unidade foi Julius Nyerere, ele exerceu uma grande influência sobre os movimentos formados no território, para que fizessem a unidade. Mondlane, como estava vivendo no exterior, sempre acompanhava o desenrolar da situação que se passava em Moçambique, ele mantinha contato com as Nações Unidas e com os diplomatas portugueses, cada vez se convenciam mais de que situação de pressão política nacional e de agitação não atingiriam a posição portuguesa. Em 1961 ele teve a oportunidade de visitar Moçambique e durante a sua estadia constatou que a situação não era das melhores, quando regressou, deixou de trabalhar nas Nações Unidas para entrar de forma voluntária na luta de libertação nacional de Moçambique, essa situação impulsionou-o a arranjar um emprego de assistente na universidade de Siracusa e este trabalho propiciou-lhe o conhecimento da situação do país de forma mais profunda, de modo que começou a estabelecer contatos com todos os movimentos libertação e de 1961 a 1962, fez forte campanha pela unidade.

De acordo com Mondlane (1977), no dia 25 de junho de 1962, os três movimentos nacionalistas existentes em Dar es Salaam uniram-se e formaram a Frente de Libertação de Moçambique, a partir daí começaram os preparativos para a realização de uma conferência no mês de setembro, onde iriam definir frentes e elaborar um programa de ação.

De acordo com Silva (s/d) o movimento de independência moçambicano sofreu grande influência das populações emigradas na Tanzânia, Maláui e Zâmbia, países independentes desde o começo da década de 60, os habitantes das zonas fronteiriças pertenciam, muitas vezes, aos mesmos grupos étnicos supranacionais. A União Nacional Africana de Moçambique (conhecida por MANU, do seu acrónimo em inglês inspirado pela TANU do Tanganica e pela KANU do Quênia) foi fundada em 1959 no Quênia e consolidada depois em Tanganica. Agrupava vários grupos associativos de trabalhadores nas plantações de sisal originários do norte da província de Cabo Delgado, entre os quais

estava a União Maconde. Esta organização seria depois fortalecida pela chegada dos refugiados da Mueda. Os exilados da pequena burguesia nativa das cidades do sul vieram a converter-se nos principais dirigentes do movimento, mais tarde vieram juntar-se aos exilados oriundos da *Maconde African National Union*, que depois se transformou em *Mozambique African National Union* ou União Nacional de Moçambique (MANU).

A MANU é a primeira organização que foi formada e fundada em Tanganica em 1959. Depois veio a seguir, a formação também a UDENAMO através Adelino Gwambe, com apenas 19 anos de idade, em 18 de outubro de 1960. Esta foi organizada na Rodésia do Sul (atual Zimbábue). Os seus membros em sua maioria vinham de Manica, Sofala, Gaza e Maputo. Finalmente, a UNAMI surge em 1961, na antiga Niassalânida (atual Maláui), com base em emigrados das zonas de Tete, Zambézia e Niassa.

Silva (SD) aponta que o processo unificador destes movimentos foi assumido pela UDENAMO, que convocou outros movimentos em janeiro de 1962, numa reunião com a MANU e a UNAMI. Nesta reunião foi organizado o Comitê de Unificação dos Movimentos Nacionalistas de Moçambique, que foi dirigido pelo presidente da UDENAMO, Uria Simango, um pastor protestante.

Em 25 de junho de 1962 através da unificação dos três movimentos, surgiu a FRELIMO e para sua presidência foi escolhido Eduardo Mondlane, por não proceder de qualquer dos grupos anteriores.

A reunião que foi organizada em Dar-es-Salam em 1962, congregava as frentes de libertação de Moçambique para a fundação da FRELIMO. A maioria das pessoas que estava neste encontro já tinha a experiência da opressão sofrida e continuada no interior e no exterior do país, sinalizando uma situação favorável à luta nacionalista. Segundo Mondlane *apud* Cabaço (2007), a maior preocupação era evidenciar os esforços para que aquele momento se tornasse mais forte em todo o país, para que pudesse haver uma ação mais eficaz, ao contrário dos esforços feitos anteriormente para atingir os portugueses.

Qualquer que seja a revolta, o mais importante é que haja união entre os grupos revoltosos, porque sem ela haverá sempre a ameaça da derrota iminente. A união é um dos alicerces mais importantes nesta conjuntura e por isso era uma das prioridades de Eduardo Mondlane. Perante a natureza multiétnica e multicultural da sociedade moçambicana, a unidade foi um dos esforços desencadeados como princípio e objetivo para uma luta armada, também passou a ser o valor teórico de Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

De fato, essa ideia da unidade defendida pelo FRELIMO engloba todos os moçambicanos sem discriminação, sintetizada na ideologia proposta pelo movimento para poder efetuar-la entre os guerrilheiros e o povo, também outra unidade era entre elite e massa trabalhadora intelectual. Essa unidade proposta é a forma de ter a participação de todas as camadas nacionais de Moçambique por uma única causa nacional e servia como forma de diminuir o sofrimento do povo na altura, para criar um clima de harmonia entre os moçambicanos.

A unidade era uma forma de marcação da ideia ou espaço da revolução nacional, Cabaço vai nos esclarecer mais sobre a forma de aderir à luta na citação abaixo:

“Sem exceção, todo o moçambicano que aderisse à luta passava por ela. Perante uma assembleia de todos os combatentes presentes no local, o elemento recém-chegado, deveria declarar a sua minuciosa identificação nome, família, aldeia, chefe e narrar a própria história de vida, com todos os detalhes e as motivações da sua decisão de se juntar à luta, as situações de opressões e explorações vividas, as humilhações sentidas, o sofrimento físico e psicológico pelo quais passara. Após a sua apresentação, a assistência pedia esclarecimento sobre algumas passagens e teciam-se comentários e declarações de apoio ou crítica, um comissário político moderava o debate, como fase conclusiva da sessão, os presentes eram convidados a apresentar outras regiões de Moçambique, os quadros mais qualificados, ou o próprio comissário político recordavam história de anteriores, narrações de sofrimento ouvidos de recrutas de outros provenientes etno-linguístico estabelecendo paralelismo.” (CABAÇO, 2007, p. 403).

O autor explica detalhadamente a história do motivo que levou os combatentes moçambicano à aderência à luta armada, aponta alguns fatos que incentivaram ou motivaram os combatentes que compõem este movimento, tais como humilhação e injúrias, entre outras situações ofensivas. O sistema que foi implementado na altura para o movimento era a forma de identificar melhor a pessoa e conhecer a sua filiação familiar através de sua explicação sobre o seu trabalho e sobre quais eram as motivações da adesão ao movimento de libertação nacional.

A cerimônia que era realizada tinha três papéis fundamentais, que eram o desempenho e manutenção da vigilância, o planeamento da natureza psicológica e, mais importante, o caráter ideológico.

O primeiro tinha como objetivo impedir a infiltração dos inimigos, através de um trabalho árduo perpetrado pela vigilância coletiva, era ignorado o recrutamento de pessoas desconhecidas, à assembleia cabia saber da proveniência das pessoas, mesmo se existisse a presença de alguém de sua região, a pessoa era obrigada a declarar sua origem.

Segundo Cabral (1945), a unidade é considerada no sentido dinâmico ou de movimento. Este autor trouxe como exemplo uma equipe de futebol, que é composta por várias pessoas, num total de 11. Cada um tem uma função que desempenha no campo, além disso, cada qual tem sua característica própria, diferente do outro, como por exemplo, nervosismos diferentes e geralmente instrução diferente, alguns não sabem escrever nem ler, outros são doutores, engenheiros, têm religião diferente, uns podem ser muçulmanos e outros cristãos, ou de partidos diferentes; mas todos estão lutando por uma única causa, que é a unidade.

O segundo tem a ver com plano psicológico de saber qual a situação real de pobreza dos recém-chegados, como forma de criar um estímulo para que façam parte do grupo, para serem incluídos na assistência das pessoas que estão em estado de sofrimento.

Quanto ao terceiro papel, as pessoas que já tinham experiências nas diferentes áreas do país ou nos grupos sociais, eram escolhidas para expor aos novos membros da organização os seus sofrimentos, não era feita a apresentação de forma individual.

As unidades tinham o seu grande compromisso, que passa necessariamente pelo combate pertinaz e até autoritário a quaisquer formas de divisionismo, tribalismo, regionalismo e racismo, vistos como males criados e fomentados pelos colonizadores na sociedade moçambicana.

Na altura nota-se que a questão da língua de qualquer que seja a pessoa não era ignorada, todas são levadas em conta para que a pessoa se sinta valorizada pela a sua identidade, se fosse ignorada poderá trazer complicação ou divisão entre as pessoas oriundas de outras localidades. Essa era a concepção da FRELIMO. Os colonizadores queriam implantar divisão entre os moçambicanos como forma de impedir o nacionalismo moçambicano.

3.1. Aspecto da política e cultura

Marcelino dos Santos demonstra que o substrato ideológico é um aspecto fundamental na constituição do FRELIMO. Essa plataforma ideológica estabelecida desde a formação de FRELIMO, no ano de 1962, era apenas opor-se à opressão colonial e defender a independência nacional. Nada mais.

O desencadeamento da luta foi preenchendo esse vazio, com as tenções objetivas criadas pelas situações de guerra, perigos que nunca poderiam faltar, dada à dimensão da situação, mas também os sucessos partilhados e o convívio com os camaradas de todas as

regiões de Moçambique. Por outro lado, a interação com as populações, o conhecimento de seus anseios e dificuldades, trouxe muitos debates que vão permitir uma verdadeira unidade mais eficaz, com um projeto de uma identidade nacional.

Segundo Samora Machel *apud* Cabaço (2007), a unidade é a forma de dismantelar o colonialismo português, essa ideia foi fundamentada através da experiência vivida e transmitida numa explicação do estado de sofrimento que se transforma num símbolo, usado por Samora, como uma das mensagens lançadas para os combatentes. Em 1969, depois da morte do Mondlane, havia um conflito entre concepções nacionalistas totalmente diferentes.

A dinâmica e a crescente complexidade da luta armada tinham feito emergir em postos de comando, militantes oriundos do sul do país, onde devido ao maior desenvolvimento econômico, tinha havido maior acesso à educação formal ou informal. Lideranças provenientes da região central de Moçambique, acusavam a direção do movimento de se alinhar com o grupo do sul e cometer crimes para assegurar o seu poder. O problema se transformou numa autêntica divergência política interna, com sérias implicações na vida da FRELIMO. Havia três membros na comissão presidencial, um dos quais, o reverendo Uria Simango, acompanhado de alguns quadros importantes, abandonou a organização com vários tipos de acusações públicas à direção; outros quadros fugiram e foram pedir proteção às autoridades portuguesas. Essa cisão abrangeu quadros urbanizados do centro do país e lideranças tradicionais do norte. (CABAÇO, 2007).

O conflito se tornou mais grave, porque dada a natureza ideológica e estratégica, havia uma confrontação profunda da visão do processo emancipatório, que concebia a separação de funções entre políticos e militares, à qual aderiam os setores protonacionalistas e a ala militar do movimento, formada na luta, que defendia uma orientação político-militar de claro pendor ideológico. (CABAÇO, 2007).

Os primeiros defendiam um caráter nacional da luta, que deveria convocar todos moçambicanos, sem qualquer distinção ideológica. Uria Simango afirmava através do documento de ruptura, que naquele momento a luta era uma luta de massas contra a dominação estrangeira, contra colonialismo português, para conseguir a liberdade e independência dessas massas.

Os militares argumentavam que existia uma grande diferença entre os interesses de alguns nacionalistas e os interesses populares, então perante esta situação tão delicada, a solução deveria passar necessariamente pelo trabalho com o povo e pelo envolvimento de todos na luta armada. A ideologia era elemento muito importante contra eventual

infiltração de forma subversivas dos agentes do colonialismo português e da influência ideológica da sociedade colonial.

“As posições dos guerreiros sob a liderança de Samora Machel, chefe de departamento da defesa, comandante das forças militares prevaleceram, os militares ocuparam a direção do movimento. Dissolvida a comissão presidencial, Machel foi eleito presidente da Frelimo, com a definição da correlação de forças dentro da organização, as questões que vinham sendo objeto de debate e conflito ganharam conteúdo mais nítidos. Crucial foi a definição do inimigo ou melhor, o aprofundamento do conceito de colonialismo, o alvo principal da luta. É a combater colonialismo português, para a luta de libertação nacional, como se viu a entrevista do Mondlane, os chamados régulos que deram inequívocas provas de adesão à causa nacionalista, eram considerados parte da administração colonial, e portanto o sistema da adesão à revolução passava pela renúncia ao poder linhageiro, podendo, no entanto, participar na nova eleição, (...) diferenciados da contradição que opunha independência e colonialismo.” (CABAÇO, 2007, p. 408).

Sob a liderança de Samora Machel como chefe do departamento da defesa e comandante dos militares, estes passaram a ocupar a direção geral do movimento da libertação, que fora dissolvido pela comissão presidencial.

Segundo Cabral, o que é unidade? De fato, podemos dizer que a unidade pode ser estética, não sendo questão de número, só para dar um exemplo: “se considerarmos o conjunto de garrafas que há no mundo, uma garrafa é uma unidade” (CABRAL, 1943, p. 3). Essa é a unidade que almejamos, que culmina com esse trabalho, que é um dos princípios de nosso partido. O que queremos de fato é transformar um conjunto de várias pessoas, em um conjunto bem estabelecido e para isso procuramos um caminho específico.

3. 2. Estratégia inicial de Mondlane

De fato, a distância nos ajuda a fazer uma avaliação com maior responsabilidade e a saber interpretar os caminhos da sua vida, a partir do final de década de 50 e início da década 60 e nos mostra claramente que Mondlane foi um acadêmico, que já costumava equacionar as concepções dos problemas internacionais, sobretudo os mais gritantes, como a questão da África, o colonialismo e também o futuro de Moçambique, que ele

traçou durante a sua vida acadêmica e ao longo da sua experiência nas Nações Unidas, a partir de onde começou a delinear as suas ações futuras.

A delimitação dos planos veio através da sequência que está fundada em três eixos, de forma distinta, com vários elementos com os quais foi confrontado.

A primeira, enquanto os portugueses que estão em Moçambique estão em dúvida quanto à possibilidade de conseguir uma autonomia que está à vista, que é a independência de forma institucional portuguesa, através da negociação.

A segunda, quando quase estão convencidos da impossibilidade da negociação e é necessária uma reação imediata de formar quadros que tenham uma ideologia independente, como forma de alavancar o futuro de Moçambique, que tem como tarefa prioritária para iniciar a guerra, o que culmina com o treinamento de guerrilheiros na Argélia, na Tanzânia e depois nos campos da própria FRELIMO.

A terceira, começar a guerra, como conseguir auxílio militar de qualquer forma, sendo importante que a luta se inserisse num dos blocos da guerra fria.

Nas três etapas Mondlane desenvolveu uma atividade diplomática, como forma de garantir a simpatia e também assegurar a independência ideológica da luta. Mondlane começou se assumindo como português moçambicano, o que tem a ver com a sua formação intelectual e acadêmica e procurou enquadrar uma solução para o Moçambique autónomo, livre da colonização e independente, mas num espaço de língua, herança e cultura luso-africana. (JESUS, 2010).

CONCLUSÃO

Neste trabalho, que tem como objetivo entender as estratégias usadas na unificação dos movimentos de resistência para a luta de libertação em Moçambique, procuramos analisar de forma mais profunda como ocorreu o processo dessas estratégias usadas na unificação dos movimentos de resistência para a luta de libertação de Moçambique e a sua motivação na conjuntura política do país.

Além de Eduardo Mondlane, a unidade teve outras figuras que participaram do referido processo. Podemos destacar duas figuras muito importantes na conjuntura africana, Julius Nyerere e Kwame Nkrumah, pois ambos usaram sua influência para que este sonho se tornasse uma realidade.

Constatamos que essa unidade chegou a ser uma realidade devido à grande colaboração dos movimentos de resistência em Moçambique, porque estavam lutando pela mesma causa, que era tirar o país das mãos do colonizador português, o que era difícil de conseguir sem união. O povo estava cansado da opressão e de outras situações, como o sangrento acontecimento em Mueda (16/06/1960), onde muitos moçambicanos morreram, porque naquela instância eles não tinham armas para poderem enfrentar o colonizador, todavia isso os levou à procura de armas para se defenderem dos inimigos portugueses. Neste contexto, foi a unificação dos movimentos da resistência que alavancou a luta pela libertação de Moçambique.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENOT, Yves, **Ideologia das Independência Africanas**. Paris: Librairie François Maspero, 1969.
- BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África: África sob Dominação Colonial (1885-1930)**. Brasília: UNESCO, 2010, v. VII. (1919-1935)
- CABAÇO, Jose Luís de Oliveira, **Moçambique Identidades Colonialismo e Libertação**. São Paulo: UNESP, 2007.
- CABRAL, Amílcar, **Arma da Teoria unidade e Luta**. Lisboa: Afrontamento, 1995.
- CAMBINDA, Jorge Artur Avelino. **Nacionalismo e Nação em Moçambique**. 2014. 71p. TCC (Bacharelado em Humanidades) – BHU/UNILAB, Redenção, 2014.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. **Descolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Atual, 1994.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, **África Sob Dominação Colonial**, 1880- VII, 2010.
- JESUS, José Manuel Duarte. **Eduardo Mondlane um Homem a Abater**. Lisboa: Almedina, 2010.
- MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Nosso Chão, 1977.
- _____. “O desenvolvimento do nacionalismo em Moçambique”. In: BRAGANÇA, Aquino de e WALLERSTEIN, Immanuel. **Quem é o inimigo (II)?** – Os movimentos de libertação nacional. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978. p. 33-40.
- MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné Bissau: Da luta à construção do Estado nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. 2013. 289 p. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, 2013.
- OLORUNTIMEHIN, B. Olatunji. “A política e o nacionalismo africanos, 1919 -1935”. In: BOAHEN, A ADU (Coord.). **História Geral da África**. A África sob dominação colonial. São Paulo: Ática / UNESCO, v.VII, 1991, p. 657 – 674 (Cap. 22).

SANTANA, Jacimara Souza, **Mulher e Notícias: Os discursos sobre as mulheres de Moçambique (1975-1985)**. 2006. 163p. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/FFCH/UFBA, Salvador, 1913.

SILVA, Nilce da. “**Eduardo Chivambo Mondlane no século XXI e a luta continua**”. **In:** Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa”. Acesso em: 22/01/2017.

PÉLISSIER, René. “**Safari com o Dr. Gutenberg**”. In: *Análise Social*, vol. XXXV (154155), 2000, 407-427.